

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WILLIAN CESAR CAVALLI

O PLURALISMO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
CRÍTICA MARXISTA DO DIREITO E DO ESTADO

CURITIBA  
2015

WILLIAN CESAR CAVALLI

O PLURALISMO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
CRÍTICA MARXISTA DO DIREITO E DO ESTADO

Trabalho apresentado como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Direito no curso  
de graduação em Direito da Universidade Federal  
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello.

CURITIBA  
2015

A Eva Alice dos Santos e Antonio Cavalli  
Filho: eternos exemplos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sou grato aos meus amados pais, pessoas que admiro e respeito pelo que são e por tudo que fizeram por seus dois filhos. Se não fosse pelo grande sacrifício deles, jamais poderia estar nesta universidade. À minha Mãe, Eva Alice dos Santos, exemplo de mulher trabalhadora, cuja força e bondade são absolutamente inigualáveis e sempre me inspiram a ser uma pessoa melhor; e também ao meu Pai, Antonio Cavalli Filho, pelos conselhos, pela compreensão nas inúmeras vezes que o desapontei e também por me ensinar a gostar de futebol – a mais importante dentre as coisas não importantes dessa vida, como diria Arrigo Sacchi.

Agradeço à minha companheira Karla Alves Mendonça, por quem me apaixono mais a cada dia. Obrigado por sempre me dar o mais irrestrito apoio, pelo carinho e aconchego que só encontro junto de você, e também pelo amor que nutre por mim, apesar de todas as minhas limitações. Sem dúvidas, você mudou a minha vida pra melhor nestes últimos dois anos. O acaso foi extremamente generoso ao me dar o privilégio de encontrar alguém como você.

Sou grato também ao meu irmão, Washington Luis Cavalli, com quem cresci, dividi biscoitos, briguei e ri (e ainda brigamos às vezes e também nos divertimos) desde que tenho alguma memória. Desejo-lhe toda a felicidade, meu irmão.

Impossível deixar de render homenagens aos bons amigos que pude fazer durante a graduação, com os quais pude conversar sobre coisas banais, reclamar da vida e também “travar conhecimentos” (esta “modalidade” de diálogo com frequência muito menor do que as duas anteriores). Ricardo Azuma, Andrei Toshio Hayashi, Gerson Luis Almeida Lobo, Ricardo Vidotto Monteiro, Rafaela Zem e Washington Palandri Sigolo, sem vocês os últimos 5 anos teriam passado (muito) mais devagar.

Não posso deixar de saudar meu grande amigo João Guilherme Pedroso Frankl, único remanescente das amizades da adolescência, sem dúvida o amigo mais companheiro que tenho. Sua amizade sempre foi (e sempre será) valiosa, meu camarada.

Também agradeço a tod@s @s extensionistas militantes que conheci durante o curto período em que pude me dedicar à extensão universitária junto ao

Fórum de Extensão (atual Movimento de Assessoria Jurídica Popular – MAJUP Isabel da Silva), em especial @s amig@s Pedro Pompeo Pistelli Ferreira, Gabriel Pompeo Pistelli Ferreira, Anna Carolina Lucca Sandri e Naiara Andreolli Bittencourt. Vocês são uma inspiração para mim.

Por fim, agradeço ao Professor Ricardo Prestes Pazello, mestre e amigo que admiro sem segredo. Obrigado por aceitar o encargo de me orientar neste trabalho. Mas, acima de tudo, obrigado por sempre buscar inspirar seus alunos e dialogar com eles, por se esforçar em formar pessoas críticas e solidárias às causas populares. Nunca me esquecerei dos seus ensinamentos, Camarada Prestes.

## RESUMO

O presente trabalho buscou analisar algumas das principais correntes teóricas do pluralismo jurídico crítico no Brasil, contrapondo as suas propostas com a crítica marxista ao direito e ao Estado. Para tanto, partimos das concepções de Marx e Pachukanis acerca do direito e do Estado, com vistas a buscar a estreita ligação do fenômeno jurídico e do aparato estatal com o processo de circulação de mercadorias no capitalismo. Dessa forma, tentamos demonstrar a especificidade das formas jurídica e política, o papel que desempenham no processo de reprodução das relações capitalistas e também as condições para o definhamento do direito e do Estado após a tomada revolucionária do poder pelo proletariado, até seu completo desaparecimento com a emergência da nova sociedade comunista. Estabelecidas essas premissas, tentou-se apontar as insuficiências do pluralismo jurídico para estabelecer um marco teórico capaz de inspirar uma práxis comprometida com a emergência de uma nova sociedade sem classes, e não apenas com um projeto de reforma das instituições.

**Palavras-Chave:** Pluralismo jurídico. Crítica marxista ao direito. Transição socialista.

## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze some of the main theoretical currents of critical legal pluralism in Brazil, contrasting their proposals with the Marxist critique of the law and the State. We start from Marx and Pachukanis conceptions of law and the State in order to seek the close connection of the legal phenomenon and the State apparatus with the process of circulation of commodities in capitalism. Thus, we try to demonstrate the specificity of the legal and political forms, the role they play in the process of reproduction of capitalist relations and also the conditions for the decline of law and state after the revolutionary seizure of power by the proletariat, to its complete disappearance with the emergency of new communist society. Given these assumptions, we tried to point out the shortcomings of legal pluralism to establish a theoretical framework able to inspire a praxis compromised with the emergency of a new classless society, and not just with a renovation project of the institutions.

Keywords: Legal Pluralism. Marxist critique of the Law. Socialist transition.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 O DIREITO COMO RELAÇÃO SOCIAL ESPECÍFICA DO CAPITALISMO .....</b>	<b>11</b>
2.1 O PROCESSO DE TROCA E A RELAÇÃO JURÍDICA EM MARX.....	13
2.2 O SUJEITO DE DIREITO COMO PONTO DE PARTIDA NA CRÍTICA PACHUKANIANA AO DIREITO: O RETORNO AO MÉTODO DE MARX.....	15
2.3 NORMA E ESTADO .....	23
<b>3 OS LIMITES DO DIREITO E DO ESTADO: DEFINHAMENTO E EXTINÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO .....</b>	<b>30</b>
3.1 ESTADO E POLÍTICA NO CAPITALISMO.....	32
3.2 O PROBLEMA DA EMANCIPAÇÃO PELO ESTADO .....	35
3.3 SOCIALISMO, TRANSIÇÃO E EXTINÇÃO.....	40
<b>4 O PLURALISMO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRÍTICA MARXISTA DO DIREITO E DO ESTADO .....</b>	<b>48</b>
4.1 O PLURALISMO JURÍDICO NO BRASIL.....	49
4.1.1 A JURIDICIDADE NÃO-OFICIAL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO .....	49
4.1.2 A PLURALIDADE DE ORDENAMENTOS COMO FRUTO DA LUTA DE CLASSES.....	54
4.1.3 PLURALISMO JURÍDICO E LIBERTAÇÃO .....	56
4.1.4 PLURALISMO JURÍDICO COMUNITÁRIO-PARTICIPATIVO.....	58
4.2 PARA UMA CRÍTICA MARXISTA: POSSIBILIDADES E LIMITES DO PLURALISMO JURÍDICO .....	64
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>75</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar até que ponto o direito e o Estado podem ser utilizados como “instrumentos” para a modificação da realidade social, mais especificamente no que concerne à superação da sociedade capitalista e das formas de exploração que a acompanham.

A discussão se insere em um contexto de emergência de novas teorizações que dialogam com a crítica marxista aos papéis do direito e do Estado no capitalismo, com especial destaque para as vertentes do pluralismo jurídico crítico brasileiro.

No primeiro capítulo, buscaremos apontar, com base em *O Capital* de Karl Marx e na *Teoria Geral do Direito e Marxismo* de Evgeny Bronislavovich Pachukanis, porque o direito aparece como relação social específica e restrita ao momento histórico do capitalismo, que também não se confunde a norma jurídica estatal.

Não é possível compreender a crítica pachukaniana ao direito sem antes revisitar, mesmo que superficialmente, algumas categorias essenciais trabalhadas por Marx, tais como mercadoria, força de trabalho, trabalho assalariado, entre outras que buscaremos em *O Capital*. Em seguida, nos propomos a empreender uma crítica ao fenômeno jurídico a partir da visão de Pachukanis, que, a nosso ver, é o mais importante teórico marxista que se comprometeu a pensar o direito como relação social específica do capitalismo. O seu maior mérito é, sem dúvidas, o resgate do método marxiano: partir do elemento mais simples e abstrato (o sujeito de direito) para chegar ao elemento mais concreto e complexo (o Estado).

Aqui, nos comprometemos a definir o que é direito desde as concepções de Marx e Pachukanis.

Já no segundo capítulo, passaremos a analisar a especificidade da forma política capitalista, o Estado, bem como a necessidade da tomada revolucionária do aparato estatal pela classe trabalhadora como meio de superação da sociedade capitalista. Nesse contexto, estudaremos o processo de definhamento do direito e do Estado durante período de transição socialista, que culminará na sua extinção quando finalmente for concretizado o comunismo. Neste momento, veremos o que fazer com o direito e o Estado em uma perspectiva de longo prazo (proposição de uma nova sociedade sem classes).

Por fim, no terceiro e último capítulo, discorreremos sobre as principais teorizações acerca do pluralismo jurídico crítico brasileiro, para depois promovermos uma crítica a partir dos referenciais teóricos marxistas apresentados nos dois primeiros capítulos deste trabalho. Para tratar do pluralismo jurídico no Brasil, nos elegemos quatro autores: Boaventura de Sousa Santos, Roberto Lyra Filho, Luiz Fernando Coelho e Antonio Carlos Wolkmer.

A escolha de Boaventura de Sousa Santos se justifica em razão da forte influência que o seu pensamento exerceu sobre o desenvolvimento da teoria do pluralismo jurídico crítico em nosso país, principalmente em razão do seu estudo realizado na década de 70 sobre as legalidades paralelas nas favelas do Rio de Janeiro e do pioneirismo da sua teoria, que se propunha a pensar o fenômeno da pluralidade de fontes normativas nas sociedades periféricas. Já Roberto Lyra Filho, além de se basear na obra do sociólogo português, propõe um pluralismo jurídico baseado na luta de classes, aproximando-se, em alguma medida, da crítica marxiana à sociedade capitalista que tentaremos abordar neste trabalho. Luiz Fernando Coelho também adota a perspectiva da luta de classes, mas destaca o surgimento dos movimentos sociais e de suas lutas com vistas à construção de uma nova sociedade sem classes. Por fim, não poderíamos deixar de mencionar Antonio Carlos Wolkmer, que dedicou grande parte da sua trajetória às reflexões sobre as potencialidades do pluralismo jurídico crítico com vistas à democratização dos espaços políticos e da melhoria das condições de vida da América Latina.

Buscaremos indicar o que se pode fazer com relação ao direito e ao Estado em uma perspectiva de curto e médio prazo (proposição de uma reforma da atual sociedade).

## 2 O DIREITO COMO RELAÇÃO SOCIAL ESPECÍFICA DO CAPITALISMO

Para uma análise do fenômeno jurídico a partir da obra de Karl Marx, faz-se necessário, primeiramente, compreender o direito como uma relação social específica do sistema capitalista, dotada de historicidade, “como que expressando não só o que caracteriza uma determinada relação social em um momento histórico, como também a definição negativa dessa historicidade, quer dizer, o fato de que não é eterna nem universal”<sup>1</sup>.

É preciso, portanto, conceber o direito enquanto “um sistema particular de relações que os homens realizam em consequência não de uma escolha consciente, mas sob pressão das relações de produção”<sup>2</sup>.

Segundo Alysson Mascaró, os juristas, muitas vezes, partem de ideias abstratas e vagas, como a justiça, que os levam a enxergar o direito quando na verdade se está diante de um fato religioso, político ou ligado à moral. Com a separação teórica entre as diferentes relações sociais, iniciada com a diferenciação entre moral e religião empreendida pelos iluministas no século XVIII, é que podemos concebê-las em sua devida especificidade.

Para os iluministas poderia haver uma moral racional válida para todos os homens, universal e superior, independente da religião de cada qual. Mas para os povos do passado essa separação seria muito difícil. Moral e religião estavam misturadas. Só os tempos modernos, devido a certas condições estruturais, como a organização capitalista, deram especificidade à religião, à moral, à política, à economia, ao direito.<sup>3</sup>

O direito pode regular temas pertinentes à economia, à agricultura, ou também condutas disciplinadas pela religião, como a vedação da bigamia pela igreja católica e também a sua tipificação penal<sup>4</sup>.

Isso nos deixa claro que o direito não será identificado partindo-se do tema que disciplina, impondo-se, para a sua compreensão histórica e específica, a

---

<sup>1</sup> PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2014, p. 142.

<sup>2</sup> PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. *Teoria geral do direito e marxismo*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 32-33.

<sup>3</sup> MASCARÓ, Alysson Leandro. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 10.

<sup>4</sup> Art. 225 – contrair alguém, sendo casado, novo casamento:  
Pena: reclusão, de dois a seis anos.

identificação daquilo que Mascaro vai chamar de “qualidade de direito”, ou seja, “quais mecanismos e estruturas dão especificidade ao direito perante qualquer assunto”<sup>5</sup>.

Embora seja possível identificar nas sociedades pré-capitalistas um ou outro elemento que nos remetam ao fenômeno jurídico, não se pode conceber o direito como natural ou inerente à condição humana, pois somente “na sociedade guiada pela troca mercantil que o direito se realiza em sua especificidade”<sup>6</sup>.

No escravagismo e feudalismo, modos de produção que antecederam o capitalismo, os conflitos sociais eram solucionados de modo casuísta e por pessoas que detinham poder sobre as demais (donos de escravos, reis, senhores feudais) e de acordo com a cultura ou a religião local. Não havia o Estado tal como o conhecemos hoje, regulando a vida dos cidadãos e as relações sociais por meio da edição de leis gerais e abstratas, segurança jurídica, nem processo ou Tribunais para garantir a tutela de direitos.

Vale a pena citar a metáfora de Mascaro:

No escravagismo e no feudalismo, que são anteriores ao capitalismo, não há especificamente uma instância jurídica. Não há uma qualidade que seja só jurídica em meio ao todo da vida social. A religião ordena, regula e manda, da mesma maneira o rei, o senhor feudal e o dono de escravos. Se pensássemos que a totalidade das relações sociais fosse um edifício de vários andares, não há um andar específico para o direito. No capitalismo, passa a havê-lo. E, no edifício do capitalismo, o direito é o andar mais próximo e contíguo ao pavimento do Estado.<sup>7</sup>

Para compreender o direito precisamos, agora, voltar nossa atenção para a sua relação embrionária com a circulação de mercadorias no sistema capitalista. Marx identifica a manifestação mais básica do fenômeno jurídico no processo de troca, sendo necessária para a sua compreensão algumas breves e singelas digressões sobre certas categorias econômicas explicitadas em *O Capital*.

---

<sup>5</sup> MASCARO, A. L. *Introdução ao estudo do direito*, p. 11.

<sup>6</sup> PAZELLO, R. P. *Direito insurgente e movimentos populares...*, p. 149.

<sup>7</sup> MASCARO, A. L. *Introdução ao estudo do direito*, p. 13.

## 2.1 O PROCESSO DE TROCA E A RELAÇÃO JURÍDICA EM MARX

As coisas sempre foram produzidas para atender necessidades humanas, tendo um valor de uso (ou utilidade). Mas a produção de objetos como mercadorias é algo que somente passa a ocorrer de forma universal no capitalismo, quando além do valor de uso, os bens passam também a apresentar um valor de troca.

Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso, mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca).<sup>8</sup>

Sweezy afirma que Marx, diante da necessidade de explicar as categorias econômicas como representações de relações sociais, encontrou no trabalho a fonte de valor das mercadorias<sup>9</sup>. Contudo, o valor de troca da mercadoria encobre o valor, sendo aquele uma mera forma aparente deste.

Para chegar ao valor, Marx propõe que se deixe de considerar o valor de uso de cada mercadoria, “as formas concretas” ou “corpóreas” dos diferentes produtos do trabalho, de modo que lhes reste apenas uma característica comum: a de serem todas as mercadorias fruto do trabalho<sup>10</sup>.

O trabalho abstrato, explica Sweezy, “só é abstrato no sentido perfeitamente direto de que todas as características especiais que distinguem uma forma de trabalho de outra são ignoradas”<sup>11</sup>.

Assim, temos que “um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”, cuja grandeza deverá ser aferida “por meio do *quantum* nele contida de ‘substância constituidora do valor’, o trabalho”<sup>12</sup>.

<sup>8</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, tomo 1, 1983, p. 79.

<sup>9</sup> SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 35.

<sup>10</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 47

<sup>11</sup> SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista...*, p. 36.

<sup>12</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 47.

Para determinar a grandeza do valor de um produto do trabalho humano, deve ser levado em conta o tempo médio para a sua produção de acordo com as condições sociais, ou seja, um tempo de trabalho socialmente necessário:

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.<sup>13</sup>

Portanto, quanto maior o tempo de trabalho para produzir um bem, maior será o seu valor. Por outro lado, produtos com valores de uso diferentes, mas que demandam o mesmo tempo de trabalho para que sejam produzidos são equivalentes, de modo que “o valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra”<sup>14</sup>.

Uma determinada coisa possui valor de troca se não tiver valor de uso para o seu possuidor, fazendo-o buscar no mercado outro objeto de valor equivalente e que satisfaça uma necessidade sua. E para que as diferentes espécies de mercadorias possam ser trocadas no mercado elas precisam ser equivalentes entre si. A equivalência entre mercadorias é aferida de acordo com a quantidade de trabalho cristalizada em cada uma delas.

O trânsito de mercadorias se dá entre sujeitos livres e iguais entre si, que decidem de comum acordo adquirir e alienar bens, de modo que o processo de troca somente ocorre, segundo Marx, entre indivíduos que se identificam como proprietários privados<sup>15</sup>.

É o contrato, materialização do pacto de vontades entre os sujeitos de direito, que possibilita o tráfico jurídico, a circulação de riquezas e a exploração dos trabalhadores:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do

<sup>13</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 48.

<sup>14</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 48.

<sup>15</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 79.

outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias.<sup>16</sup>

Na relação jurídica a mercadoria toma a forma de propriedade privada; esta deve ser compreendida como a possibilidade de alienar livremente um bem qualquer, e não como a posse direta sobre ele. Como explica Pachukanis, a posse direta ou “apropriação” sobre os objetos é algo natural e presente em toda a história, fato que pode nos induzir a conceber a propriedade privada como algo eterno, o que não é verdadeiro. É a possibilidade de dispor livremente de bens/mercadorias que caracteriza a propriedade privada e, ao mesmo tempo, viabiliza a circulação contínua de valores na sociedade mercantil, conforme a equação M-D-M formulada por Marx<sup>17</sup>.

A troca de mercadorias é mediada por uma relação jurídica, cujo objetivo é facilitar a circulação de riquezas e dar segurança aos proprietários privados através do contrato.

Com isso, podemos concluir que a relação de produção gera a relação jurídica, pois a circulação de mercadorias dá-se entre sujeitos livres, iguais e proprietários, sendo o sujeito de direito “o átomo” de toda a teoria jurídica, como veremos a seguir.

## 2.2 O SUJEITO DE DIREITO COMO PONTO DE PARTIDA NA CRÍTICA PACHUKANIANA AO DIREITO: O RETORNO AO MÉTODO DE MARX

Antes de começarmos a abordar a categoria jurídica do “sujeito de direito”, são necessárias algumas considerações sobre o método utilizado por Pachukanis em sua obra *Teoria geral do direito e marxismo*.

<sup>16</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 79-80.

<sup>17</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 14.

De acordo com Márcio Bilharinho Naves, Pachukanis resgata “o princípio metodológico” de Karl Marx, expresso naquilo que Naves chama de “duplo movimento”: partir de uma abstração para chegar a um dado concreto e, ao mesmo tempo, ir do simples ao mais complexo<sup>18</sup>.

Assim como Marx partiu da mercadoria para formular a sua crítica à economia política, Pachukanis faz o mesmo caminho metodológico ao empreender sua crítica à teoria do direito, partindo do elemento mais simples – o sujeito de direito – para chegar à totalidade concreta:

Quando se caminha do mais simples para o mais complexo, quando se parte da forma mais simples de um *processus* para as suas formas mais concretas, segue-se o uma via metodológica mais precisa, mais clara e, por conseguinte, mais correta do que quando se avança às apalpadelas, nada tendo diante de si a não ser a imagem difusa e indiferenciada da totalidade concreta.<sup>19</sup>

Ao mesmo tempo, também propõe como ferramenta metodológica a análise da forma jurídica desde sua manifestação mais abstrata, até chegar ao concreto. Com isso, a um só tempo, pretende demonstrar que: (i) apesar de sua aparente eternidade, o fenômeno jurídico está umbilicalmente ligado ao modo de produção capitalista; e (ii) uma análise histórica da forma jurídica permite identificar a sua evolução e, por consequência, manifestações embrionárias do que hoje é o direito, quando ainda não era possível identificar sua especificidade e diferenciá-lo da moral, da religião e dos costumes<sup>20</sup>.

O trabalho sempre existiu em todos os modos de produção, mas o “trabalho abstrato”, categoria que já abordamos anteriormente de forma breve, só existe na economia mercantil-capitalista<sup>21</sup>, quando os diferentes frutos do trabalho humano passam a ser produzidos para a venda a terceiros como mercadorias e cujo valor é medido de acordo com a quantidade de trabalho abstrato nela objetivado:

A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também é a forma mais geral do modo burguês de produção, que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se, no entanto, for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também

---

<sup>18</sup> NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 40-41.

<sup>19</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 31.

<sup>20</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 35.

<sup>21</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 49.



necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto, da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital, etc.<sup>22</sup>

O mesmo ocorre com o direito, que atinge o mais elevado estágio de abstração e generalidade no seio da sociedade burguesa, quando a relação de troca de mercadorias igualmente atinge seu grau máximo de desenvolvimento. É esse processo de aperfeiçoamento das relações mercantis e jurídicas, culminando em suas expressões abstratas (tais como “mercadoria” e “sujeito de direito”), fazem com que essas mesmas relações sejam tomadas como universais e eternas.

Mascaro afirma que no capitalismo vigora um “regime de impessoalidade necessário à produção e circulação de mercadorias”, como consequência lógica do referido modo de produção. Deixa de existir uma relação pessoal entre senhores e escravos individualizados, como nas sociedades pré-capitalistas, e passa-se à exploração remunerada do trabalho de qualquer pessoa que “queira”, “livremente”, vender sua força de trabalho. O mesmo se opera no mercado através dos contratos de compra e venda: vende-se um objeto por um determinado preço e quem pagar fica com ele<sup>23</sup>.

No modo de produção capitalista, assim como toda a riqueza apresenta-se como um aglomerado de mercadorias, a circulação dos produtos do trabalho revestidos da forma mercadoria é mediada por uma imensa rede de relações jurídicas, possibilitando, através do contrato, que as mais diversas unidades produtivas, por exemplo, as empresas, contratem fornecedores, trabalhadores, empréstimos bancários, adquiram máquinas produzidas em outros países, etc.<sup>24</sup>.

A universalização da forma jurídica visando a facilitar e garantir a circulação de mercadorias e a exploração do trabalho se dá pela criação de conceitos jurídicos abstratos, como sujeito de direito e relação jurídica, categorias que poderíamos chamar de “elásticas”, dada a sua utilização em todos os ramos do direito:

Por causa de sua natureza abstrata, esses conceitos *são utilizados em todo e qualquer domínio do direito*; sua significação lógica e sistemática permanece a mesma, independente dos conteúdos concretos a que sejam aplicados.<sup>25</sup> (grifos no original)

<sup>22</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 76 (nota 32).

<sup>23</sup> MASCARO, A. L. *Introdução ao estudo do direito*, p. 14.

<sup>24</sup> Cf. PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 47.

<sup>25</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 15.

Assim, Pachukanis se preocupa em demonstrar a relação entre aquilo que ele vai chamar de “forma mercantil” e “forma jurídica”, partindo do elemento mais simples e abstrato - o sujeito de direito - para demonstrar a especificidade e historicidade do fenômeno jurídico, pois “a forma jurídica, em sua forma desenvolvida, corresponde precisamente a relações sociais burguesas-capitalistas”<sup>26</sup>.

Diferente do que se pode pensar, propriedade privada não é o fundamento da forma jurídica, pois ela pressupõe a existência de um sujeito que possa dispor livremente de seus bens no mercado. A propriedade, como vimos, deve ser distinguida da propriedade privada, uma vez que aquela se restringe ao *corpus* (posse direta ou apreensão), enquanto a segunda representa a possibilidade de disposição do bem sobre o qual se tem posse.

Pachukanis ilustra essa sua conclusão comparando a propriedade fundiária moderna à feudal. No modelo pré-capitalista, era vedada a livre disposição da terra, uma vez que ainda vigiam as relações de domínio e servidão. No atual modo de produção, por outro lado, inexistente qualquer óbice à alienação da propriedade fundiária, que pode ser vendida como qualquer outra mercadoria. Do mesmo modo se procede com relação à exploração de trabalho. A relação entre senhor e escravo não depende de uma relação jurídica, pois esse é tratado como uma coisa sobre a qual o senhor detém posse. Já a exploração de um trabalhador assalariado, que pretensamente aliena de forma livre a sua força de trabalho, deve ser mediada por um contrato<sup>27</sup>.

As pessoas relacionam-se no modo de produção capitalista como proprietários de mercadorias. Mas, como diz Marx, as mercadorias não criam vida e transacionam-se entre si; seus respectivos proprietários é que decidem, por um ato de liberdade e vontade, trocá-las:

O vínculo social entre os homens no processo de produção, vínculo que se coisifica nos produtos do trabalho, e que toma a forma de uma legalidade elementar, impõe, para a sua realização, a necessidade de uma particular relação entre os homens, enquanto indivíduos que dispõem de produtos, enquanto sujeitos cuja “vontade habita nas próprias coisas”.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 68.

<sup>27</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 69.

<sup>28</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 71.

Nesse emaranhado de relações coisificadas, o homem se diferencia da mercadoria por ser o seu completo oposto: sujeito livre e capaz de manifestar a sua vontade; mas o fundamento real dessa vontade absoluta reside nas coisas sobre as quais o sujeito detém propriedade.

Mercadoria e sujeito são as formas mais simples e abstratas das relações econômica e jurídica, respectivamente; e, apesar de diferentes entre si, essas duas categorias se refletem uma na outra, tendo em vista o “caráter derivado”<sup>29</sup> da forma jurídica e a sua conseqüente dependência da forma mercantil<sup>30</sup>.

Com isso, cada indivíduo em relação ao outro, a despeito de suas histórias vividas, suas diferenças físicas e mentais, confrontam-se como sujeitos de direitos iguais entre si, tal como ocorre com os produtos do trabalho humano, que aparecem no mercado como meros “recipientes do valor”, as mercadorias.

Então, o processo de troca de mercadorias na sociedade mercantil pressupõe uma dupla equivalência, que se dá simultaneamente entre as mercadorias (material/objetiva) e entre os sujeitos proprietários (subjética): são indivíduos juridicamente iguais trocando valores equivalentes:

O homem transforma-se em sujeito por meio de um ato volitivo: é a expressão do seu “querer” que permite a ele estabelecer com outros homens, portadores de uma vontade igual à sua, uma relação consensual de reciprocidade. Esse elemento de equivalência “subjética” corresponde ao elemento de equivalência material, isto é, à troca das mercadorias na base da lei do valor. Como Marx enfatiza<sup>31</sup> sem a presença dessa condição de subjetividade jurídica que permite a circulação de vontades livres e iguais, não se daria a troca das mercadorias.<sup>32</sup>

Soma-se à igualdade do sujeito a sua liberdade para alienar a própria mercadoria. Enquanto o indivíduo “A” se apropria de uma mercadoria pertencente ao indivíduo “B”, ele aliena outra mercadoria que lhe pertence; da mesma forma ocorre com o indivíduo “B”, que também aliena livremente a sua mercadoria, ao mesmo tempo em que se apropria da mercadoria que pertence ao indivíduo “A”. A troca exige, portanto, que os proprietários queiram livremente alienar suas mercadorias, e isso ocorre porque elas não são valores de uso para seus possuidores, mas valores de troca. Não existe antagonismo entre “A” e “B”, pelo contrário. Um pretende a

<sup>29</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 54.

<sup>30</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 71.

<sup>31</sup> Aqui remetemos o leitor à nota 16

<sup>32</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 66-67.

mercadoria do outro e, em sendo elas equivalentes entre si, seus proprietários procederão à troca. Ambos pretendem satisfazer o próprio interesse egoísta, de forma voluntária, através da troca de mercadorias<sup>33</sup>.

Estão, pois, estabelecidos os “dons” do sujeito de direito: a igualdade e a liberdade absolutas<sup>34</sup>, condições sem as quais não estaria configurada a troca mercantil capitalista na sua forma mais evoluída, mas a apropriação através da violência. Por isso, os proprietários privados devem reconhecer-se reciprocamente como indivíduos iguais, detentores do mesmo “direito” de apropriação sobre a mercadoria alheia em troca da própria mercadoria<sup>35</sup>.

O conteúdo da relação jurídica confunde-se com a relação de produção, sendo que a primeira funda-se em três pilares: a propriedade privada de mercadorias, a igualdade entre seus proprietários e a liberdade para aliená-las no mercado. Partindo dessa constatação ainda podemos chegar a uma outra, segundo a qual o indivíduo somente pode ser identificado como sujeito de direito enquanto proprietário privado de mercadorias.

Mas poder-se-ia questionar: então os trabalhadores despossuídos não são sujeitos de direito? Obviamente que o são, uma vez que detêm a propriedade sobre a própria força de trabalho, definida por Marx como conjunto das aptidões físicas e mentais contidas em uma pessoa e que ela exercita toda vez que modifica uma coisa com o objetivo de produzir um valor de uso qualquer<sup>36</sup>.

O que diferencia a força de trabalho das demais mercadorias é o seu valor de uso peculiar, dotado da característica de ser fonte de valor, “cujo verdadeiro consumo... [é] em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor”<sup>37</sup>.

Sendo o trabalhador livre e proprietário da sua força de trabalho, ele é sujeito de direito e logo pode aliená-la no mercado para outro indivíduo qualquer que possa e queira adquiri-la por um determinado tempo em troca de certa soma de dinheiro. Como a força de trabalho e o próprio trabalhador são indissociáveis, ele, em última instância, vende a si próprio no mercado<sup>38</sup>.

---

<sup>33</sup> MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. Boitempo, 2011, p. 296-297.

<sup>34</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 72.

<sup>35</sup> KASHIURA JR., Celso Naoto. *Sujeito de direito e capitalismo*. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p. 169.

<sup>36</sup> MARX, K. *Grundrisse*, p. 297.

<sup>37</sup> MARX, K. *O capital...*, p. 139.

<sup>38</sup> ENGELS, Friedrich. *Introdução para a edição de 1891 de “Trabalho Assalariado e Capital”*. In: MARX, Karl: *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 25.

Assim, a exploração do trabalho assalariado pressupõe a existência de trabalhadores livres - que não sejam escravos de um senhor ou da terra, como ocorreu na antiguidade e no feudalismo – que possam dispor da sua força de trabalho. É a separação do trabalhador dos meios de produção (técnicas, maquinário e terras), processo que remonta ao período de expropriação das massas camponesas e chamado por Marx de acumulação primitiva, que torna os trabalhadores livres<sup>39</sup>.

Portanto, por mais paradoxal que nos possa parecer, essa pretensa “libertação” não teve nada de voluntário, mas algo imposto de forma violenta, de modo que os trabalhadores e trabalhadoras, após um intenso processo de expropriação de terras e a consequente inviabilização do desenvolvimento de suas atividades cotidianas, viram-se obrigados a serem livres e a disporem livremente de si mesmos<sup>40</sup>.

Mas não se pode pensar que não houve resistência por parte dos trabalhadores, que se negaram a aceitar essa liberdade imposta. Contudo a resposta foi pronta e seguida da edição de leis que criminalizavam essa massa que resistia às novas condições de produção, como, por exemplo, a criação do famigerado tipo penal da vadiagem.

No Brasil, a criminalização da ociosidade nos remete às Ordenações Filipinas editadas no ano de 1603 e que esteve vigente até a edição do Código Civil de 1916:

#### TÍTULO LXVIII - DOS VADIOS

Mandamos , que qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver officio, nem outro mestér, em que trabalhe, ou ganhe a vida, ou andar negoçando algum negócio seu, ou alhão, passando vinte dias do dia que chegar a qualquer cidade, Villa ou lugar, não tomando dentro nos ditos vinte dias amo, ou senhor, com quem viva, ou mestér, em que trabalhe, e ganhe a sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar, seja preso, e açoutado publicamente. E se for pessoa, em que não caibão açoutes, seja degradado para a África per hum ano.<sup>41</sup>

Esse período de criminalização é chamado por Naves de disciplinamento da massa de trabalhadores, quando o capital impõe-lhes a liberdade e os condiciona,

<sup>39</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, tomo 2, 1996, p. 340.

<sup>40</sup> NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p. 47.

<sup>41</sup> ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título LXVIII. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>.

através da imposição de penas violentas e castigos corporais, a reconhecerem-se como sujeitos livres<sup>42</sup>.

Passado esse período de brutalidade e violência, quando os trabalhadores “internalizam” a ideia de que são indivíduos livres e dotados da capacidade de dispor dos próprios corpos como mercadorias, os atributos que compõem o sujeito de direito – liberdade e igualdade – parecem se revelar como atributos naturais da condição humana.

Pachukanis identifica na escola jusnaturalista o fundamento de toda a teoria do direito que a seguiu, responsável por estabelecer os fundamentos da forma jurídica e também por “inflamar a chama revolucionária” da burguesia durante o processo de superação do feudalismo. Esse modo de produção baseado na servidão e em ônus sobre as terras, nos regimes das corporações, nas restrições ao livre-câmbio de mercadorias entre as nações e marcado pela intolerância religiosa não poderia continuar, por ser violador das liberdades individuais e da igualdade entre os sujeitos, antinatural, portanto<sup>43</sup>.

Assim, o trabalhador naturalmente livre e igual a todos os demais, possuidor da mercadoria força de trabalho, por um ato de vontade e consentimento, aliena a sua força de trabalho em troca de certa soma necessária à garantia de suas necessidades vitais básicas e de sua família.

Mas o trabalhador não vende a sua força de trabalho (e a si mesmo) por mero ato de vontade livre e consciente, mas antes por uma questão de sobrevivência.

Então como é possível colocar em pé de igualdade o trabalhador, que depende da venda da força de trabalho para a sobrevivência, e o capitalista, que pode escolher à vontade entre milhões que possuem apenas essa “mercadoria peculiar”, quem lhe prestará trabalho por um ano, um mês, ou quem sabe apenas um dia? A liberdade do trabalhador é apenas aparente, pois na verdade ele apenas opta pelo capitalista que lhe pagar mais pela sua força de trabalho e apenas isso. Deixar de alienar definitivamente a força de trabalho é o mesmo que renunciar à própria vida<sup>44</sup>. Se pelo menos quanto à liberdade do trabalhador temos algum vestígio de aparência, pois lhe é reconhecida a faculdade de optar pelo patrão que

---

<sup>42</sup> NAVES, Márcio Bilharinho *A questão do direito em Marx*, p. 48.

<sup>43</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 33.

<sup>44</sup> MARX, Karl; *Trabalho Assalariado e Capital* In: MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 38.

lhe pagar mais, a sua igualdade perante o capitalista, em termos materiais, diríamos que é inexistente.

A única forma de equiparar sujeitos materialmente tão desiguais é através de uma forma puramente abstrata e destituída de qualquer conteúdo real, que paira sobre as diferenças naturais e sociais dos indivíduos que trocam mercadorias. Somente enquanto sujeitos de direito é que trabalhador e capitalista se relacionam como pessoas livres e iguais, ou seja:

Suas relações recíprocas se apresentam como relações de liberdade e igualdade jurídicas porque se configuram como relações entre puras formas. Como puras formas, todos os sujeitos de direito são iguais. Como puras formas são independentes, autônomos um em relação ao outro.<sup>45</sup>

A partir dessas considerações, verifica-se que a igualdade e a liberdade deixam de ter uma origem abstrata como “direitos naturais” ou inerentes à condição humana, como pretende fazer crer a teoria jurídica burguesa, e passam a ser determinadas por elementos materiais e históricos em uma sociedade baseada na troca constante de mercadorias e na exploração do trabalho assalariado<sup>46</sup>.

## 2.3 NORMA E ESTADO

Após a análise das questões atinentes ao sujeito de direito em uma perspectiva marxista, podemos concluir que o fenômeno jurídico tem a sua gênese nas relações jurídicas entre indivíduos equivalentes que trocam mercadorias de valores equivalentes, ou seja, a relação jurídica decorre logicamente do processo de troca mercantil capitalista.

A relação entre sujeitos livres e iguais que trocam mercadorias apresenta-se, para Pachukanis, como a “célula central do tecido jurídico”. Um conjunto de normas jurídicas (escritas ou não), por si só, não produz uma relação jurídica. A norma não passa de literatura se não corresponder a um fenômeno social concreto, pois o “conjunto de normas adquire uma significação real graças somente às relações que são concebidas como derivadas destas normas e que delas derivem efetivamente”.

---

<sup>45</sup> KASHIURA JR., C. N. *Sujeito de direito e capitalismo*, p. 171.

<sup>46</sup> KASHIURA JR., C. N. *Sujeito de direito e capitalismo*, p. 159-160.

Se assim não o fosse, poder-se-ia argumentar que as normas editadas em períodos anteriores e que foram posteriormente revogadas ainda estariam em vigor. Ou, ainda, se todos os devedores deixassem de adimplir suas obrigações perante os credores, todas as normas de direito civil atinentes às obrigações existiriam apenas no papel, sem nenhum correspondente na realidade. Mas, como sabemos isso é um absurdo e não ocorre, pois um sistema de normas jurídicas deve guardar alguma mínima relação com a vida concreta em um determinado momento histórico para que seja observado<sup>47</sup>.

A norma não cria o direito, uma vez que ele só existe objetivamente quando a situação descrita na norma corresponder a uma determinada relação social. Se isso não ocorre, o preceito normativo é ineficaz, tendo em vista que a relação jurídica precede a norma e a ela se sobrepõe. Mas a dogmática jurídica burguesa ignora a relação jurídica concreta em detrimento da norma, pois, como explica Pachukanis, ela não se preocupa com o elemento material – a relação jurídica – ao determinar se uma norma está ou não em vigor ou se é eficaz, mas preocupa-se apenas com a ideia de conformidade do preceito normativo com o sistema jurídico, limitando-se a estabelecer “um vínculo lógico entre a proposição normativa dada e as premissas normativas mais gerais” <sup>48</sup>, ou seja, com os princípios que embasam um ordenamento jurídico e lhe dão coerência.

Como relação social concreta, o direito não se restringe à norma, pelo contrário; ela se refere a um fato pré-existente ou futuro, sendo, nesse último caso, deduzida a partir de indícios de que a possível relação que corresponde à norma possa vir a ocorrer:

Se certas relações foram efetivamente constituídas, isso significa que nasceu um direito correspondente; porém, se uma lei ou um decreto foram apenas promulgados sem que na prática tivesse surgido qualquer relação correspondente, então isso significa que foi feita uma tentativa fracassada para criar um direito.<sup>49</sup>

Como explica Moisés Alves Soares, “para conferir existência objetiva a um certo direito não é suficiente reconhecer o seu enunciado normativo, mas é

---

<sup>47</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 47-48.

<sup>48</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 49.

<sup>49</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 48-49.



igualmente necessário constatar que o seu conteúdo normativo é realizado nas relações sociais”<sup>50</sup>.

Veja-se um contrato de compra e venda qualquer estabelecido entre duas pessoas. É uma relação que prescinde de uma norma e está ligada ao processo de circulação de riquezas na sociedade capitalista. A norma apenas exerce a função de garantir o cumprimento do contrato em caso de inadimplência, atribuindo ao credor o direito de exigir que o Estado obrigue o devedor a satisfazer o seu crédito.

A função da norma jurídica é, pois, reforçar uma determinada relação social, conferindo maior segurança às relações de troca. Tanto é verdade que existem juristas que consideram a segurança jurídica como um indicativo do grau de civilização de uma determinada sociedade, concluindo que “quanto mais segura uma sociedade, tanto mais civilizada”<sup>51</sup>. Na verdade, a segurança jurídica que advém de uma norma escrita não exprime o estágio de civilização de uma determinada sociedade, mas consiste, antes de tudo, em uma garantia de estabilidade às relações mercantis.

Portanto, a norma desempenha um papel nos momentos de litígio entre os sujeitos de direito. O litígio também divide nitidamente o momento econômico do jurídico, aparecendo como um “momento autônomo”. É quando se instaura o processo judicial que os sujeitos econômicos da relação de troca aparecem como partes de um litígio e o Estado, através do poder judiciário, figura como terceiro imparcial responsável pela aplicação da lei ao caso concreto, garantindo o seu cumprimento. A superestrutura jurídica, composta pelas normas jurídicas estatais e os tribunais que garantem a sua aplicação, segundo Pachukanis, “confere clareza e estabilidade à estrutura jurídica”, mas não cria o fenômeno jurídico, uma vez que este decorre diretamente das relações de produção capitalistas<sup>52</sup>.

Soares explica que Pachukanis nunca deixou de considerar o fenômeno do monismo jurídico do Estado, característico das sociedades capitalistas atuais, mas antes considera que esse fato revela um desenvolvimento da forma jurídica, em sua forma mais aperfeiçoada. Entretanto, a centralização da produção normativa é uma tendência do desenvolvimento do direito, mas não significa que o fenômeno jurídico

---

<sup>50</sup> SOARES, Moisés Alves. *O antinormativismo em Teoria Geral do Direito e Marxismo: o contraponto entre Pachukanis e Kelsen*. In: *Captura Críptica: direito política e atualidade*. Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 249.

<sup>51</sup> ATALIBA, Geraldo: *República e Constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985, p. 156.

<sup>52</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 54-55.

esteja restrito à esfera normativa, pois, como já vimos, o direito não existe concretamente se as normas não correspondem a uma determinada relação social, não passando de uma abstração<sup>53</sup>.

O debate sobre a centralidade do direito - se ele é fundado na norma ou na relação jurídica - induz à discussão sobre a dualidade existente entre direito subjetivo e direito objetivo.

A concepção normativista sustenta que o direito subjetivo, que na verdade aparece como obrigação, está subordinada a uma norma jurídica imperativa e cogente. Ou seja, o sujeito destinatário da norma tem a obrigação subjetiva de seguir o comando exarado na norma. O que pretende o normativismo é abolir o dualismo, “aprisionando” o direito subjetivo, como se ele fosse uma “sombra” do direito objetivo<sup>54</sup>.

Contudo, o direito subjetivo não está de maneira nenhuma condicionado pelo direito objetivo, expresso na norma. Isso porque “o direito subjetivo é o fato primário, uma vez que ele consiste, em última instância, nos interesses materiais, que existem independentemente da regulação externa, ou seja, consciente, da vida social”. São os indivíduos egoístas trocando mercadorias entre si, no intuito de satisfazer as próprias necessidades, “que formam a estrutura jurídica fundamental que corresponde à estrutura econômica, isto é, às relações de produção de uma sociedade alicerçada na divisão do trabalho e na troca”<sup>55</sup>.

Para Pachukanis, é em razão da generalização das relações de troca, que se tornam cada vez mais intensas e complexas, que nasce o Estado. Como os sujeitos da relação jurídica são aparentemente iguais, não é possível que a vontade de um deles se sobreponha à do outro em caso de conflito entre os possuidores de mercadoria. Assim, somente um aparelho imparcial que emana normas gerais e abstratas, que está acima das partes em litígio, pode manter intacta a relação jurídica, ou seja, a forma jurídica elementar<sup>56</sup>.

A distinção entre público e privado opera-se justamente em razão da existência desse aparelho independente, que está a serviço não de uma classe em especial, mas da manutenção da ordem e do bem-estar geral. O Estado, como passa a atuar como fiador das relações de troca, é investido de uma autoridade

---

<sup>53</sup> SOARES, M. A. *O antinormativismo em Teoria Geral do Direito e Marxismo...*, p. 251.

<sup>54</sup> SOARES, M. A. *O antinormativismo em Teoria Geral do Direito e Marxismo...*, p. 252.

<sup>55</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 59-60.

<sup>56</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 79.

social e apresenta-se como poder público, garantidor da ordem e do interesse geral. É devido ao fato de que o Estado aparece como fiador das relações de troca que, de acordo com Pachukanis, se confunde o direito com a norma estatal, tendo em vista que a sua autoridade (do Estado) se expressa por meio do comando normativo, destinado a todos os sujeitos<sup>57</sup>.

O Estado representa, portanto, um sujeito de direito externo, que regula as trocas mercantis e garante a exploração do trabalho assalariado, aplicando a lei nos momentos de litígio entre os proprietários privados de mercadorias. Mas nos momentos de embate entre as classes o Estado também revela a sua função de instrumento de poder a serviço da burguesia. Pachukanis entende que a manifestação do Estado como instrumento de dominação sob o comando da classe dominante ocorre apenas em um segundo momento, com o aprimoramento do aparelho estatal pela classe burguesa<sup>58</sup>.

Friedrich Engels afirma que o Estado nasce da necessidade primordial de conter o embate entre as classes, que poderia resultar no desaparecimento da própria sociedade. Pelo fato de sua gênese se dar em meio a um conflito entre classes, o Estado seria, como regra, dirigido pela classe que detém o domínio econômico, oferecendo a esta novos instrumentos para reprimir e explorar a classe subalterna<sup>59</sup>. Essa constatação de Engels é questionada por Pachukanis, que estabelece a seguinte questão: “ou o Estado estabelece esta relação de equilíbrio e será então uma força situada acima das partes, o que não se pode admitir; ou ele é resultado da vitória de uma das classes”<sup>60</sup>. Mas se uma das classes triunfa sobre a outra através do Estado, novamente se estabelece o domínio direto de uma classe sobre a outra, desaparecendo a necessidade de um ente que esteja acima delas, tal como ocorria nos modos de produção que antecederam o capitalismo <sup>61</sup>.

Márcio Bilharinho Naves afirma que no capitalismo a supremacia de uma classe sobre a outra não se dá de forma direta e mediata, pois o trabalhador não é obrigado a disponibilizar sua força de trabalho ao capitalista; ele o faz por um ato livre de vontade. A igualdade entre os sujeitos e a liberdade de contratar sustentam juridicamente as relações de troca, sendo inconcebível a existência de uma coerção

---

<sup>57</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 93.

<sup>58</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 103.

<sup>59</sup> ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, 8ª ed., p. 191.

<sup>60</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 94.

<sup>61</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 94.

externa por parte do Estado com o intuito de subordinar uma classe à outra. É por essa razão que a autoridade estatal se opera no interesse geral e não no interesse do indivíduo egoísta<sup>62</sup>.

Diante disso, temos uma clara cisão entre Estado e sociedade civil, que resulta na distinção entre as esferas pública, onde prevalece e se realiza a vontade geral, e privada, na qual os indivíduos atomizados realizam suas vontades particulares e egoístas, que vez por outra colidem e geram litígios. Com isso, a ideologia jurídica desempenha o seu papel de esvaziar a esfera pública de qualquer representação do interesse de uma classe, pois, sendo público, não cabe ao Estado ser instrumento da expressão das vontades e dos interesses privados. Como esfera de representação do interesse geral, o acesso ao Estado só pode ser franqueado ao “sujeito-cidadão”, indivíduo esvaziado de qualquer elemento concreto que o relacione a uma classe.

Naves afirma que o cidadão, indivíduo universal e abstrato, nada mais é do que a representação da forma sujeito de direito transposta para a esfera política<sup>63</sup>. Embora apareçam como formas diversas, o seu fundamento é rigorosamente o mesmo: o indivíduo livre, igual e proprietário.

Dessa maneira, o Estado aparenta ser composto não por sujeitos que buscam interesses particulares e egoístas, mas “cidadãos virtuosos” eleitos pelo povo e que agem no interesse da sociedade, buscando o “bem comum”. Assim, tudo se passa como se o aparelho estatal fosse capaz de exorcizar tensões existentes entre as classes sociais<sup>64</sup>.

Com isso, ao tratarmos do Estado, completamos o “ciclo metodológico pachukaniano” proposto no início deste capítulo, tendo em vista que partimos do elemento mais simples e abstrato, o sujeito de direito, e chegamos ao elemento mais complexo e concreto, o aparelho estatal.

Apesar de optarmos por aprofundar a análise do papel do Estado no próximo capítulo, entendemos ser didaticamente importante demonstrar neste capítulo – mesmo que de forma bastante superficial – que a norma jurídica estatal não comporta todo o fenômeno jurídico, tratando-se apenas de uma forma aparente do

---

<sup>62</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 79-81.

<sup>63</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 81-82.

<sup>64</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 83-84.

direito, pois este se funda nas relações de troca. Não é, pois, o Estado que cria as relações jurídicas; elas já existem antes dele.

Em linhas gerais poderíamos dizer que o Estado, tal como o conhecemos hoje, apenas garante as relações jurídicas na posição de um terceiro imparcial, e as normas jurídicas, em regra, refletem as relações sociais capitalistas, reforçando-as, dando maior segurança a elas.

### 3 OS LIMITES DO DIREITO E DO ESTADO: DEFINHAMENTO E EXTINÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

No decorrer do capítulo anterior vimos que o fenômeno jurídico - a partir de uma crítica marxista - deve ser considerado como uma relação social específica do modo de produção capitalista, uma vez que ele surge com a universalização do processo de troca e tem por função garantir e dar eficácia à circulação de mercadorias e à exploração do trabalho assalariado<sup>65</sup>.

Dessa forma, tendo em vista a sua estreita ligação com o capitalismo, o direito há de ser extinto com a superação do referido modo de produção. Essa superação não é linear, mas antes constitui um processo de transição no qual o direito e o Estado vão gradativamente sendo enfraquecidos e perdendo as suas funções, até que sejam definitivamente extintos<sup>66</sup>.

Marx já indicava de forma embrionária a temática da transição do capitalismo ao comunismo em sua *Crítica ao programa de Gotha*, dentre outros escritos, quando afirma que a sociedade comunista não se desenvolve espontaneamente a partir de si própria, mas é “parida” pela sociedade capitalista. Por isso mesmo essa nova sociedade traz, em seu estágio inicial, algumas “marcas de nascença”, herdadas daquela que a gerou<sup>67</sup>.

Quando rebate o princípio da distribuição justa do fruto do trabalho encartado no Programa de Gotha, Marx afirma que este em nada se difere do princípio da equivalência, que regula as trocas mercantis capitalistas. Apesar dos meios de produção pertencerem à coletividade e os diferentes produtos do trabalho humano não se apresentarem mais como mercadorias no socialismo, cada trabalhador ainda recebe uma quantidade de meios de consumo equivalente ao tempo de trabalho que prestou à sociedade: “a mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em outra forma”<sup>68</sup>.

---

<sup>65</sup> EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito*. Tradução de Soveral Martins e Pires de Carvalho. Coimbra: Centelha, 1976, p. 136.

<sup>66</sup> POULANTZAS, Nicos. *Hegemonía y dominación en el estado moderno*. Tradução de María T. Poyrazián. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 7ª ed., 1986.

<sup>67</sup> MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 30-31.

<sup>68</sup> MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*, p. 31.

O trabalho mede-se pelo tempo ou pela intensidade. Mas os trabalhadores distinguem-se entre si, física e mentalmente, de modo que uns produzem, inevitavelmente, mais que outros. Este fato desvirtua a pretensão de distribuição justa ou igual do produto social do trabalho, uma vez que o “igual direito é direito desigual para trabalho desigual”, pois o direito opera-se apenas a partir da lógica da igualdade abstrata entre os indivíduos, os sujeitos de direito.

O resultado da aplicação da igualdade burguesa aos trabalhadores em uma sociedade comunista não pode ser outro senão a reprodução das desigualdades sociais<sup>69</sup>.

A superação do “estreito horizonte jurídico burguês”, de acordo com Marx, ocorrerá após o fim da divisão social do trabalho, quando o trabalho passar a fazer parte da vida como “primeira necessidade vital” (e não como mero meio de sobrevivência) e com o desenvolvimento das forças produtivas até um grau em que “as fontes da riqueza coletiva jorrem em abundância”. Somente após a sociedade atingir esses objetivos é que o direito será plenamente superado e, por fim, será atingido o objetivo da sociedade comunista: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”<sup>70</sup>.

Mas a passagem do capitalismo para o comunismo depende de um processo de transição, no qual o Estado desempenha um papel importante. Por isso, passaremos a analisar o problema da emancipação através do Estado, tratada - criticamente - por Marx em *Sobre a questão judaica*, e a tomada deste pelos trabalhadores, como condição necessária para o estabelecimento de um projeto socialista que vise à superação da sociedade capitalista, tendo como marco teórico a consagrada obra *O Estado e a revolução* de Vladimir Ilitch Lênin. Antes, contudo, são necessárias algumas breves considerações sobre o papel do Estado no capitalismo, seguindo o caminho já iniciado no capítulo anterior.

---

<sup>69</sup> MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*, p. 32.

<sup>70</sup> MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*, p. 33.

### 3.1 ESTADO E POLÍTICA NO CAPITALISMO

O Estado, na visão dominante (juspositivista), é aquilo que o direito reconhece como tal, conferindo-lhe legitimidade. E, na “via reversa”, o juspositivismo reduz o direito à produção normativa estatal – o que é um disparate, de acordo com o que vimos no capítulo anterior. Esta interpretação é demasiadamente rasa, pois se atrela somente aos fenômenos aparentes, impedindo um conhecimento profundo e verdadeiro do aparato estatal e da política<sup>71</sup>.

Diante disso, é válido destacar a advertência de Alysso Leandro Mascaro: “para a compreensão do Estado e da política, é necessário o entendimento de sua posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica e contraditória dentro da totalidade da reprodução social [capitalista]”<sup>72</sup>. E nenhuma outra teoria avançou tanto neste sentido quanto o marxismo.

Mascaro afirma que a primeira interpretação marxista da política e do Estado nos remete à produção teórica de Friedrich Engels e sua *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. De acordo com a “interpretação canônica” de Engels, o Estado se apresenta como aparato de violência e repressão que a burguesia (classe dominante) volta contra os trabalhadores. Por isso, ele deve ser tomado pela classe trabalhadora para que esta se torne a classe dominante<sup>73</sup>.

Mas esta interpretação encontra-se parcialmente superada dentro da tradição do pensamento marxista. Em fins do século XX, as denominadas “teorias do derivacionismo” vêm afirmar que a “forma política estatal” deriva necessariamente da “forma mercadoria”<sup>74</sup>. Portanto, o Estado - na sua configuração atual – não possui precedentes na história, sendo uma forma de organização política “especificamente moderna, capitalista”<sup>75</sup>.

Podemos verificar a procedência desta afirmação analisando as sociedades pré-capitalistas. Tanto o senhor de escravos quanto o senhor feudal detinham, ao mesmo tempo, poder político e poder econômico, pois não havia uma separação estrutural entre esses dois domínios. Já no capitalismo, aquele que detém o poder

---

<sup>71</sup> MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 10.

<sup>72</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 11.

<sup>73</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 12.

<sup>74</sup> Não esqueçamos que Pachukanis já havia apontava alguns indícios de que a forma estatal deriva das relações de troca.

<sup>75</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 13 e 17.



econômico – o burguês - não se confunde necessariamente com um representante do Estado. Isso ocorre porque a própria reprodução do capitalismo o impõe<sup>76</sup>.

A circulação de mercadorias e a exploração do trabalho assalariado dependem da existência de indivíduos livres, iguais e proprietários que estejam em constante relação. Por isso mesmo, impõe-se a existência de uma instância política que esteja separada dos sujeitos de direito, garantindo a igualdade entre eles.

O Estado, assim, se revela com um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca de mercadorias e a própria exploração de trabalho sobre a forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados.

(...)

Sem ele [o Estado], o domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direto – portanto, escravidão ou servidão.<sup>77</sup>

A partir dessa constatação, não se pode dizer que o Estado é um mero instrumento de dominação a serviço da burguesia, mas sim que é uma derivação lógica e necessária do próprio capitalismo, uma das “engrenagens” do processo de reprodução capitalista – tal como a mercadoria e o sujeito de direito. Do mesmo modo – embora seja uma das características mais marcantes do Estado -, não se trata de um mero “porrete” nas mãos da classe dominante. Portanto, não se pode definir a importância do Estado para a manutenção da exploração capitalista a partir de uma característica que lhe é própria – o monopólio da violência e da repressão - e que salta aos olhos de todos (aparência); o fator determinante é o papel que desempenha no processo de reprodução do capital (essência), o que exprime sua especificidade: ser o “fiador” das relações de troca. Já a historicidade da forma política estatal pode ser compreendida desde o modo como ela se relaciona umbilicalmente com as demais formas sociais específicas DO capitalismo – o sujeito de direito, o valor, a mercadoria – no processo de reprodução capitalista<sup>78</sup>.

Por sua vez, o erro cometido pelos juristas burgueses de identificar o Estado como direito e o direito como expressão da normatividade estatal se explica pelo processo social de reprodução capitalista. Com a universalização das relações de troca e do trabalho assalariado, “a sociabilidade geral se torna jurídica”; como todas

<sup>76</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 17.

<sup>77</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 18.

<sup>78</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 19.

as relações sociais passam a ser permeadas pelo direito, o Estado também passa a operar dessa maneira, aparecendo, inclusive, como sujeito de direito - ou, em linguagem jurídica técnica, como pessoa jurídica de direito público interno<sup>79</sup>.

Mascaro afirma que a união do Estado e do direito se deve ao advento das revoluções liberais burguesas. Como consequência dessa vinculação, o Estado passa a editar normas jurídicas que conformam as relações jurídicas. Ou seja, as normas jurídicas estatais definem formalmente os contornos de uma realidade pré-existente, conformando-a:

Os agentes da produção já se apresentam na estrutura social capitalista como sujeitos de direito, operando relações concretas, quando o Estado os define formalmente como tais e lhes dão contornos peculiares, como as atribuições da capacidade. São as normas estatais que conformam o sujeito de direito a poder realizar vínculos contratuais livremente a partir de uma idade mínima estabelecida, mas esse sujeito já se impunha na estrutura social por derivação direta da forma jurídica.<sup>80</sup>

E devido ao fato de que tanto a forma política como a forma jurídica serem formas necessárias à reprodução da sociabilidade capitalista, funcionando como engrenagens, a relação entre direito e estado será sempre de conformação, no sentido que o Estado pode impor limites à forma jurídica, mas jamais pretender extinguir o seu núcleo – o sujeito de direito e seus desdobramentos necessários (igualdade, liberdade e capacidade de ser proprietário). O mesmo se aplica ao direito com relação ao Estado<sup>81</sup>.

Dessa maneira, verifica-se que é através da técnica normativa estatal (e não das formas) que Estado e direito se aproximam. O direito estatal agrupa duas formas sociais específicas e distintas, que na sua aparição imediata, a norma jurídica, faz com que sejamos induzidos a perceber erroneamente a técnica que operacionaliza esta aproximação entre jurídico e político como se fosse o próprio direito, pronto e acabado<sup>82</sup>.

Após definirmos o que é a forma política e como ela se expressa através do Estado, passemos a analisar a incapacidade do aparato estatal para resolver a contradição fundamental entre a burguesia e o proletariado.

---

<sup>79</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 40-41.

<sup>80</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 41.

<sup>81</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 42.

<sup>82</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 43.

### 3.2 O PROBLEMA DA EMANCIPAÇÃO PELO ESTADO

Em *O Estado e a revolução*, Lênin afirma que “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável entre as classes (...) e, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis”, tal como Engels afirmou em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*<sup>83</sup>.

Vimos, entretanto, que esta é uma conclusão que é parcialmente correta, pois o Estado é uma derivação da circulação de mercadorias, atuando como uma das engrenagens fundamentais do processo de reprodução do capital. Mas não deixa de ser verdade que o Estado também atue, através de suas instituições, no sentido de manter a “reprodução social conflituosa do capitalismo”<sup>84</sup>.

Em regra, o aparato estatal caracteriza-se “pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial” e também pela “instituição de uma força pública que já não mais se identifica com o povo em armas”<sup>85</sup>. Lênin chama a atenção para a força do poder estatal, elegendo o exército permanente e a polícia como principais manifestações do poderio do Estado, responsáveis por impedir a luta armada entre “as classes hostis e irreconciliáveis” que compõem a sociedade civil<sup>86</sup>.

Em última instância, estes destacamentos armados têm a função de manter o *status quo*, salvaguardando os interesses da classe dominante (que se confunde com a reprodução da sociabilidade capitalista) e, ao mesmo tempo, impedindo o levante armado dos trabalhadores explorados.

Mas além da coação estatal, aparecem outros aparelhos que se revestem de uma forma ideológica, garantindo de forma sutil a reprodução do capitalismo ao conferirem uma aparência de democracia ao Estado: o direito ao voto, a democracia por representação, enfim, todos os desdobramentos da democracia formal

---

<sup>83</sup> LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Traduzido por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2007, p. 25.

<sup>84</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 35.

<sup>85</sup> ENGELS, Friedrich: *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, 8ª ed., p. 192

<sup>86</sup> LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução...*, p. 27-28.

burguesa, supostamente “capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores”<sup>87</sup>.

Entretanto, com o aumento das desigualdades e da tensão entre as classes, o Estado democrático de direito pode “se despir do véu ideológico” de garantidor das liberdades e mostrar-se mais intensamente como “violência organizada” da classe dominante sobre as classes oprimidas. Mas isso se dá como uma tentativa desesperada de manutenção da reprodução capitalista, quando todos os outros aparelhos ideológicos falham e a luta de classes transforma-se em uma verdadeira “encarniçada guerra de classes”. Novamente, o Estado não se restringe a um mero instrumento que permite a dominação burguesa; a ele compete o papel de garantir, juntamente com as outras formas sociais capitalistas, a reprodução das relações sociais capitalistas<sup>88</sup>.

Assim, é impossível conceber que o Estado seja capaz de libertar os trabalhadores da exploração do capital, impondo-se a gradativa superação da máquina estatal. É isso que Lênin quer dizer quando, se contrapondo aos social-democratas, afirma que “todo Estado [...] seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular”<sup>89</sup>.

Em *Sobre a questão judaica*, Marx traz o problema da emancipação sob a égide do Estado.

Na referida obra, Marx polemiza com o seu contemporâneo Bruno Bauer, que defende no texto *A questão judaica* que os judeus não poderiam se emancipar politicamente devido ao fato de que, à época em que Bauer defendeu sua tese (1843), sequer os alemães seriam emancipados. Essa impossibilidade dava-se em razão da orientação teológica assumida pelo Estado, que adotava o cristianismo como religião oficial. Portanto, a emancipação política dos judeus dependeria, primeiramente, do fim do constrangimento de todos os cidadãos por uma religião oficial, tornando os deveres religiosos um assunto absolutamente privado<sup>90</sup>.

Entretanto, é o próprio Estado que impede a plena emancipação da humanidade, pois, mesmo quando deixa de adotar uma religião oficial, é através

---

<sup>87</sup> LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução...*, p. 32.

<sup>88</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 103.

<sup>89</sup> LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução...*, p. 37.

<sup>90</sup> IASI, Mauro Luis: *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 48.

dele que o indivíduo privado passa a ter liberdade para escolher ou não uma orientação religiosa.

(...) o homem se liberta de uma limitação, valendo-se do *meio chamado Estado*, ou seja, ele se liberta *politicamente*, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de maneira *abstrata e limitada*, ou seja, de maneira parcial. Decorre, ademais, que o homem, ao se libertar *politicamente*, liberta-se através de um *desvio*, isto é, de um *meio*, ainda que se trate de um *meio necessário*. Decorre, por fim, que, mesmo proclamando-se ateu pela intermediação do Estado, isto é, declarando o Estado ateu, o homem continua religiosamente condicionado, justamente porque ele só reconhece a si mesmo mediante um desvio, através de um meio. A religião é exatamente o reconhecimento do homem mediante um desvio, através de um *mediador*. O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem. Cristo é o mediador sobre o qual o homem descarrega toda a sua divindade, todo o seu *envolvimento religioso*, assim como o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda a sua impiedade, toda a sua *desenvoltura humana* (grifos no original).<sup>91</sup>

E, ao tornar-se laico, o Estado retira da religião o seu caráter político, tornando-a, por consequência, uma questão que diz respeito à esfera privada de cada indivíduo. Inobstante a opção de cada sujeito, todos participam igualmente da formação da “vontade popular” e da “soberania nacional”. Assim, resta criada a dualidade entre o sujeito político/cidadão e o sujeito de direito/indivíduo membro da sociedade civil<sup>92</sup>.

A dualidade entre cidadão e indivíduo não se restringe à questão religiosa, por óbvio. Por exemplo, quando se retira o caráter político da propriedade privada, ou seja, quando se “abole” politicamente a propriedade privada, não significa que ela esteja extinta, mas apenas que a capacidade para que um sujeito possa votar e ser votado independe do seu patrimônio. O fato de um indivíduo qualquer ser proprietário ou não é uma questão privada que não influi na sua participação na formação da vontade do Estado<sup>93</sup>.

Com a cisão operada entre Estado/sociedade civil e cidadão/indivíduo, o sujeito atua de formas distintas quando, vestindo a sua “pele de leão política”, influi no interesse geral – esfera política - e no seu cotidiano, enquanto integrante da sociedade burguesa que busca satisfazer os próprios interesses particulares – esfera privada. Esta cisão, como ensina Mauro Iasi, é funcional, pois “expressa no

<sup>91</sup> MARX, Karl: *Sobre a questão judaica*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 39.

<sup>92</sup> MARX, K. *Sobre a questão judaica*, p. 40.

<sup>93</sup> MARX, K. *Sobre a questão judaica*, p. 40.

nível político a pretensão de universalidade de uma classe particular”<sup>94</sup>. A categoria “cidadão” não expressa as diferenças concretas entre os vários indivíduos, tal como opera a categoria “sujeito de direito” no interior das relações de troca.

O caráter genérico do ser humano na mediação do Estado, na atual sociedade, é a expressão da universalidade do capital. Dessa maneira, não há contradição nos termos que expressam essa igualdade: somos todos cidadãos, membros da sociedade burguesa (civil se preferirem), somos todos, portanto, capital. Essa universalidade esconde o fato de a igualdade exigir que alguns assumam o papel de acumuladores de valor e mais-valia, enquanto outros se transformam na mercadoria que, uma vez consumida, pode gerar o capital.<sup>95</sup>

Essa constatação corrobora a tese de que o Estado garante a reprodução do capital. Mas não só isso: o Estado também alça as principais derivações da forma sujeito à categoria de direitos individuais fundamentais e naturais, que se exprimem na realidade como os principais valores da burguesia.

A liberdade, a igualdade<sup>96</sup>, a segurança e a propriedade são, de acordo com os artigos 1º e 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, os direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes mesmo direitos foram reprisados nos artigos 1º, 3º e 17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização Nações Unidas de 1948<sup>97</sup>.

Liberdade consiste, basicamente, no direito de cada indivíduo fazer tudo aquilo que não seja vedado pela lei ou que não prejudique os demais<sup>98</sup>. Nas palavras de Marx, a liberdade tem a ver com o fato de que “o limite dentro do qual cada um pode mover-se de modo *a não prejudicar* o outro é determinado pela lei do mesmo modo que o limite entre dois terrenos é determinado pelo poste da cerca” (grifos no original). De outro lado, o direito à propriedade privada revela-se como a aplicação prática do direito humano à liberdade, pois consiste no direito do indivíduo usar, gozar e desfrutar dos bens que compõem seu acervo patrimonial. É um direito da exclusão, voltado para a satisfação do interesse egoísta<sup>99</sup>.

<sup>94</sup> IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*, p. 52.

<sup>95</sup> IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*, p. 56.

<sup>96</sup> Por já termos tratado o tema da igualdade burguesa e para evitar repetições excessivas, remetemos o leitor ao primeiro capítulo.

<sup>97</sup> Documentos disponíveis em <http://www.direitoshumanos.usp.br/>.

<sup>98</sup> Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, art. 4º: A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

<sup>99</sup> MARX, K. *Sobre a questão judaica*, p. 49.

Para que estes direitos sejam observados por todos, faz-se necessária a criação de uma força pública “instituída para a vantagem de todos” e mantida pelo pagamento de tributos ao Estado (artigos 11 e 12 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão). Em suma, cabe ao Estado garantir o respeito aos direitos individuais, assegurando o egoísmo da sociedade burguesa:

A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito da polícia, no sentido de que **o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade.** (grifos nossos).<sup>100</sup>

Ora, tais direitos humanos “naturais e imprescritíveis”, garantidos pelo Estado, compõem a base de toda a sociedade burguesa, na qual predominam os interesses egoístas e os indivíduos vivem “como mônadas isoladas e recolhidas dentro de si mesmas”. Mas apesar desse “isolamento”, os indivíduos ainda são unidos pelas relações de troca, através das quais satisfazem suas necessidades egoísticas<sup>101</sup>.

Com isso, Marx procura demonstrar as limitações da emancipação política, que nunca chegará a ser uma verdadeira emancipação humana.

A emancipação pelo Estado se presta somente a cindir o homem em cidadão e sujeito de direito abstratamente iguais, desprovidos de história e de diferenças de classe ou de recursos materiais. Mas para uma verdadeira emancipação humana é necessário que todas as pessoas reais unam-se aos seus respectivos “entes genéricos” políticos e tornem-se uma coletividade na qual a massa dos interesses individuais confunda-se com o interesse da sociedade<sup>102</sup>.

Essa mudança não se dá com uma alteração no conteúdo ou na forma do Estado, com a inserção de “elementos proletários”; a sociedade modifica-se a partir da revolução das relações de produção.

Mas não é possível simplesmente abdicar da ocupação do Estado. Na teoria marxista, o aparelho estatal tem um importante papel no processo de construção de uma nova sociedade sem classes, podendo ser um importante meio de consolidação da revolução proletária, como veremos a partir de agora.

---

<sup>100</sup> MARX, K. *Sobre a questão judaica*, p.49.

<sup>101</sup> MARX, K. *Sobre a questão judaica*, p.49.

<sup>102</sup> MARX, K. *Sobre a questão judaica*, p. 54.

### 3.3 SOCIALISMO, TRANSIÇÃO E EXTINÇÃO

Pachukanis afirma que a tomada do Estado pelas massas trabalhadoras através da revolução, seguida da implantação de um projeto de planificação da economia, não são condições suficientes para, do dia para a noite, extinguir o processo de troca de mercadorias e dissolver os vínculos contratuais existentes entre as unidades econômicas autônomas (empresas e indústrias estatizadas), tendo em vista que, no período de transição, as operações entre elas ainda seriam “mediatizados” pelo mercado. Desse modo, as formas mercantil, jurídica e política estatal ainda remanescem no período de transição socialista<sup>103</sup>.

Márcio Bilharinho Naves, adotando a mesma linha de Pachukanis, afirma que o “princípio do planejamento” não pode ser aplicado de maneira plena neste momento pós-revolucionário caótico, mas a sua paulatina implementação resultará no fim das relações mercantis e, por conseguinte, da forma jurídica<sup>104</sup>.

Mas quais são os motivos que explicam a existência das formas sociais capitalistas no período de transição socialista? Alguns estudiosos marxistas tentaram formular respostas a estes problemas.

Charles Bettelheim, entre outros teóricos marxistas, afirma que a existência de vários modos de produção em uma mesma economia real é algo comum. O economista francês propõe que pensemos a economia como uma “estrutura complexa com dominante”, na qual coexistem diversos modos de produção, sendo que um deles é dominante e atua de modo a subordinar e condicionar o funcionamento dos demais<sup>105</sup>.

Mas apesar da existência de elementos típicos do modo de produção capitalista - tais como a divisão do trabalho e o mercado, sendo este responsável por mediatizar todas as relações entre as indústrias estatais -, o “capitalismo do Estado proletário” do período de transição socialista diferencia-se pela inexistência de conflitos de interesses entre as unidades produtivas<sup>106</sup>, pois o único objetivo

---

<sup>103</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 87.

<sup>104</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...* 91.

<sup>105</sup> BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 18.

<sup>106</sup> Cf. PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 88-90 e NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 91.



destas é a concretização de metas estipuladas no plano econômico estatal, e não a obtenção de lucros.

Também não há transação entre as unidades produtivas. Os responsáveis pela administração de cada indústria estatal estão subordinados às ordens administrativas exaradas pelos aparelhos de regulação e planejamento. Com isso, as relações jurídicas ou acordos prévios de vontade entre empresas vão sendo gradativamente substituídos por atos administrativos técnico-organizacionais<sup>107</sup>.

Bettelheim explica que a adoção de um capitalismo de Estado e a centralização administrativa são mediações necessárias na transição do capitalismo para o socialismo, uma vez que a natureza capitalista das forças produtivas encontra-se em contradição com as novas relações sociais trazidas pela revolução proletária. Em outras palavras, são essas mediações empreendidas pelo Estado proletário que garantem, por um lado, o funcionamento da economia e, de outro, a prevalência das novas relações de produção<sup>108</sup>.

Assim, o período de transição caracteriza-se pela contradição (ou o que Charles Bettelheim chama “não-correspondência”) entre as novas relações sociais estabelecidas no momento pós-revolucionário e as forças produtivas herdadas do modo de produção capitalista<sup>109</sup>, de modo que, com o a extensão do planejamento estatal a toda economia, a tendência é a extinção das formas mercantis.

Mas essa concepção do período de transição como “não-correspondência” é incorreta.

Maria Turchetto afirma que este esquema interpretativo deriva de uma tentativa de aplicação de um modelo de transição, baseado na passagem da sociedade feudal para a capitalista, mas que não pode, de modo algum, embasar a análise da transição para o comunismo: “uma relação de produção específica implica uma específica forma de transição (*para* um modo de produção e *daquele* modo de produção)”<sup>110</sup> (grifos no original).

No feudalismo verifica-se a coexistência entre o modo de produção feudal e “outras formas econômicas”, tais como o comércio, o artesanato e a manufatura, que

<sup>107</sup> NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 94.

<sup>108</sup> BETTELHEIM, C. *A transição para a economia socialista*, p. 27 e 32.

<sup>109</sup> BETTELHEIM, C. *A transição para a economia socialista*, p. 32.

<sup>110</sup> TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005, p. 13.

se desenvolviam nos “poros” das comunidades feudais – estas eram independentes e autônomas umas em relação às outras.

Com o aparecimento de trabalhadores livres da servidão da terra e a separação destes dos meios de produção, a exploração capitalista começa a se desenvolver; essas condições para o surgimento e desenvolvimento do capitalismo foram, inclusive, geradas pela própria sociedade feudal (como, por exemplo, a formação do proletariado a partir da massa de trabalhadores expulsa do campo, o surgimento das *workhouses*, a criminalização da “vadiagem”, etc.). A superação da sociedade feudal se dá “com a passagem da ‘subsunção formal’ [perda da posse direta dos meios de produção pelos trabalhadores, de um lado, e concentração daqueles nas mãos dos capitalistas, de outro] à ‘subsunção real’ [perda do domínio sobre as técnicas de produção, que gera a divisão entre trabalho intelectual e manual] do trabalho ao capital”, quando as relações sociais efetivamente se adequam às forças produtivas existentes, e o capitalismo se consolida como modo de produção dominante<sup>111</sup>.

Essa interpretação, transposta mecanicamente para o processo de transição para o comunismo, é problemática.

No socialismo, o Estado proletário socializa os meios de produção; mas esta mudança no *status* da propriedade dos meios de produção de modo algum significa que os trabalhadores disponham efetivamente deles, no sentido de uma “reapropriação real”. Definitivamente não é isso que acontece. As relações de produção ainda não deixam de ser capitalistas no período de transição, visto que ainda vigem a divisão social do trabalho (planejamento estatal e execução) e o princípio da equivalência (x horas de trabalho por x quantidade de bens de consumo). Admitir que a socialização dos meios de produção gera novas relações de produção significa reduzi-las a uma simples relação de propriedade jurídico-formal<sup>112</sup>.

Por outro lado, se admitíssemos a coexistência de modos de produção no período de transição, estaríamos aceitando que o socialismo se apresenta como modo de produção específico, e não como etapa de transição ao comunismo – este sim como um novo sistema de relações sociais específicas. Outra implicação direta dessa interpretação é a negação da tomada revolucionária do poder estatal pelo

---

<sup>111</sup> TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*, p. 16 e 24.

<sup>112</sup> TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*, p. 24-25.

proletariado, imprescindível para o início da transição para o comunismo: se no interior do capitalismo se formam espontaneamente “elementos socialistas” (tal como a planificação da economia) contraditórios ao modo de produção dominante, que resultaria em uma passagem linear para o socialismo; e o comunismo seria um grau mais elevado, uma evolução do socialismo<sup>113</sup>.

O problema da transição deve, portanto, ser encarado a partir da especificidade do capitalismo – que reside no modo de exploração capitalista, ou seja, nas relações de produção –, e não da aplicação de um modelo geral de transição.

A exploração capitalista baseia-se na separação objetiva (posse direta dos meios de produção – subsunção formal) e subjetiva (perda do domínio das técnicas aplicadas no processo de produção – subsunção real) do trabalhador dos meios de produção. Com isso, a exploração deixa de ser “extra-econômica” (ou baseada na coerção), e passa a ser legitimada pela forma jurídica que acompanha as relações de troca e oculta a exploração capitalista: o trabalhador não é obrigado a trabalhar para o capitalista, ele vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário; ambos trocam mercadorias – força de trabalho por dinheiro<sup>114</sup>.

Portanto, a “pedra de toque” da transição socialista está na superação da “organização capitalista do processo de trabalho” – as relações de produção capitalistas. Este deve ser o objetivo do Estado proletário que nasce da revolução.

(...) é precisamente a impossibilidade de fundar novas relações sociais sem uma transformação do processo produtivo que impõe ao proletariado a necessidade de apossar-se do poder estatal, destruindo seu aparato coercitivo burguês, para iniciar, sob o escudo protetor de um aparato de coerção próprio, a transformação do modo de produção. Trata-se antes de afirmar que a modificação da estrutura material das forças produtivas, a “reapropriação real” dos meios de produção por parte dos produtores, a superação das características da divisão técnica e de suas expressões em nível social na estratificação e nos “papéis” típicos da sociedade burguesa, todos esses aspectos devem ser buscados como objetivos fundamentais da luta do proletariado (...)<sup>115</sup>

Com o fenecimento das relações de produção que sustentam a exploração capitalista, outro não pode ser o “destino” da forma jurídica, uma vez que as relações jurídicas subsistem apenas enquanto as relações econômicas que lhe

<sup>113</sup> TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*, p. 25-26.

<sup>114</sup> TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*, p. 35-37.

<sup>115</sup> TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*, p. 47.

servem de base vão definhando. Em síntese, o direito “subsiste apenas na medida em que gradualmente desaparece”<sup>116</sup>.

À forma política estatal (assim como a todas as demais formas sociais do capitalismo) também se aplica esta sentença.

Concluída a transição e superado o capitalismo, o Estado deixa de ser necessário. Com o fim da exploração capitalista não faria sentido a existência de um aparato cuja função é garantir a reprodução do próprio capital: sem classes e com o fim da produção de mercadorias o Estado deixa de ter qualquer utilidade.

Obviamente não há uma sucessão linear, mas um processo de transição (deve-se sempre lembrar que este é um longo processo, e que todas as experiências concretas falharam no sentido de construção de uma sociedade comunista).

Através do aparelho estatal, os trabalhadores tomam os meios de produção das mãos das classes dominantes, transformando-os em propriedade de toda a sociedade. Nas palavras de Lênin, este é o “ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade”; a socialização dos meios de produção também representa o último ato essencial do Estado<sup>117</sup>.

Através da tomada do Estado pelo proletariado busca-se o fim dos antagonismos de classe, da apropriação privada dos meios de produção e da exploração capitalista, pois estas ainda se fazem presente no período de transição socialista.

Primeiramente, mostra-se necessária a deposição violenta das classes exploradoras através da ditadura do proletariado, que nada mais é do que a massa proletária organizada temporariamente como classe politicamente dominante.

A consolidação do poder proletário, por sua vez, exige uma reforma profunda na máquina estatal, até que se transforme em algo totalmente diverso daquela força destinada à manutenção da exploração burguesa. Isso não é possível sem a desburocratização das instituições, a unificação do poder legislativo com o executivo e a desmobilização do exército permanente.

A desburocratização consiste, basicamente, na democratização plena de todos os cargos públicos através (a) da equiparação dos vencimentos de todo

---

<sup>116</sup> KASHIURA JR, Celso Naoto; NAVES, Márcio Bilharinho. *Pachukanis e “A teoria geral do direito e marxismo”*. In: Revista Jurídica Direito & Realidade – Núcleo de Pesquisa Jurídica E. B. Pachukanis. Campinas: Editora Fucamp, v. 1, n. 2, 2011, p. 13.

<sup>117</sup> LENIN, V. I. *O Estado e a revolução...*, p. 34.

funcionário a um salário comum de operário, (b) na elegibilidade e (c) na transitoriedade na ocupação desses cargos<sup>118</sup>. O que Lênin propõe, baseando-se nos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris<sup>119</sup>, é a participação direta e efetiva de todos os trabalhadores no processo de tomada de decisões e no exercício do poder político.

O parlamento também deve ser ocupado pelos trabalhadores e modificado radicalmente. A assembleia proletária não pode ser um ambiente de pura deliberação, onde apenas se exercita a retórica; deve ser um órgão que desempenha, a um só tempo, as funções legislativas e executivas. Mantém-se uma instituição deliberativa eleita democraticamente pelos trabalhadores, mas nela “os próprios mandatários devem trabalhar e eles mesmos devem executar as suas leis, verificar os resultados obtidos e responder diretamente perante os seus eleitores”<sup>120</sup>.

Uma regulação efetiva da atividade econômica pelo Estado socialista exige a fusão dos atos legislativos e administrativos, pois a edição de atos legislativos desacompanhada de atos de gestão é própria do capitalismo, onde as empresas e indústrias, dotadas de personalidade jurídica, podem exercer, nos limites da lei, a sua autonomia privada. Já em um contexto de regulação e planejamento, impera a subordinação administrativa das empresas controladas pelo Estado, de modo que a unidade dos poderes legislativos e executivo aparece como o princípio-guia da regulação estatal<sup>121</sup>.

Por fim, o exército permanente deve ser dissolvido e substituído pelo povo em armas. Isso porque o efetivo que compõe a “força especial de repressão” nunca esteve e nem estará em número superior ao povo. Disso conclui-se que o povo armado tende a ser muito mais poderoso do que qualquer exército.

**Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma "força especial" de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a definhar. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político, e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder.**<sup>122</sup> (grifos nossos)

<sup>118</sup> LENIN, V. I. *O Estado e a revolução...*, p. 60-61.

<sup>119</sup> Ver MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>120</sup> LENIN, V. I. *O Estado e a revolução...*, p. 66.

<sup>121</sup> PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich: *Ekonomika i pravovoe regulirovanie*. In *Revoliutsilia Prava*, nº 4, 1929, apud NAVES, M. B. *Marxismo e direito...*, p. 93.

<sup>122</sup> LENIN, V. I. *O Estado e a revolução...*, p. 61.

Com a tomada da máquina estatal pelos trabalhadores e instaurada a ditadura do proletariado (Estado sem burguesia), é momento de consolidar o poder da classe trabalhadora através da repressão a todas as formas de exploração do trabalho, até que não existam mais classes sociais.

O aparelho estatal ainda é necessário no período de transição para que o proletariado triunfe definitivamente sobre os exploradores. Neste contexto, o aparato estatal cumpre o papel específico de “aparelho especial de repressão de classe”, voltado contra a burguesia, sendo este um dos motivos pelo qual o Estado ainda agoniza no socialismo.

Entretanto não se pode perder de vista que a luta de classes ainda existe no período de transição. A burguesia é apenas a classe “subjetiva” que detém o domínio econômico, que é deposta pela classe trabalhadora em armas. Mas as relações capitalistas de produção ainda existem concretamente “na estrutura das forças produtivas”. A transformação das relações de produção e da organização dos meios de produção é o principal objetivo da transição socialista. Se este objetivo não se concretiza, ou se o Estado proletário não empreende esforços neste sentido, corre-se o risco do surgimento de uma nova burguesia (tal como ocorreu com a burocracia soviética, que surgiu como nova classe dominante na extinta União Soviética)<sup>123</sup>.

De outro lado, o Estado é um importante instrumento no processo de intensificação gradativa do planejamento econômico.

O desenvolvimento das forças produtivas, condição material para a concretização do socialismo – que deve necessariamente acompanhar as tentativas de reapropriação real do processo de produção pelos trabalhadores -, não é possível sem que haja uma instituição central ditando racionalmente a produção. Do mesmo modo ocorre com a distribuição dos bens de consumo, que deve ser controlada rigorosamente pelo Estado, na tentativa de evitar o aprofundamento daquelas desigualdades previstas por Marx em *Crítica ao Programa de Gotha*, de acordo com o que vimos rapidamente no início do capítulo.

Mas não se pode nunca olvidar que a participação ampla de todos os trabalhadores é um dos princípios que basilares da ditadura do proletariado, com vistas a tornar o Estado um lugar verdadeiramente democrático e desburocratizado.

---

<sup>123</sup> TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*, p. 30-31.

Quando os trabalhadores aprenderem a gerir o processo de produção por eles mesmos não haverá mais necessidade de representantes, nem de um ente que centralize as decisões políticas no lugar da sociedade. No momento em que deixarem de existir as relações de produção capitalistas, a partir do instante em que não houver mais a divisão entre trabalho intelectual (direção) e trabalho braçal (execução), condição que ainda divide a classe trabalhadora no período de transição, os trabalhadores não necessitarão da mediação de um ente político responsável por coordenar o processo de produção e distribuir os bens de consumo.

Desse momento em diante, surgirá um novo modelo de sociedade baseado na livre associação dos produtores iguais, na qual todos trabalharão segundo suas capacidades e o produto social será dividido de acordo com as necessidades individuais de cada trabalhador, concretizando-se, assim, a fórmula marxiana.

#### 4 O PLURALISMO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRÍTICA MARXISTA DO DIREITO E DO ESTADO

Neste último capítulo passaremos a analisar o pluralismo jurídico como teoria que empreende uma crítica do direito e do Estado modernos, cujos modelos, nas interpretações dessa corrente teórica, revelaram-se verdadeiros legitimadores da dominação na periferia do capitalismo.

Diante dessa crise de legitimidade e de valores pela qual passam o direito e o Estado, o pluralismo jurídico busca propor uma alternativa ao “modelo normativo estatizante” que deverá ser pautada por orientações “prático-teóricas insurgentes e paralelas que superem o reducionismo dogmático positivista”<sup>124</sup>.

Para tanto, os teóricos do pluralismo jurídico que analisaremos neste capítulo, buscam demonstrar que o direito não se restringe à norma estatal, mas, antes disso, que o fenômeno jurídico permeia toda a sociedade e os grupos que a compõem. Desse modo, a afirmação de que a lei é a única fonte do direito revela uma estratégia de poder que busca concentrar toda a juridicidade no Estado, tornando o direito algo vertical, autoritário e insuficiente para dar conta dos problemas de uma sociedade fragmentada, conflituosa e complexa.

A partir dessas premissas, o pluralismo jurídico busca apontar para a criação de um novo modelo de direito: descentralizado, democrático, autônomo, baseado no diálogo e construído a partir de experiências e relações sociais concretas.

Por fim, tentaremos tecer algumas críticas ao pluralismo jurídico a partir da crítica marxista ao direito e ao Estado, trabalhada nos dois primeiros capítulos deste trabalho.

O objetivo é tentar chegar a uma conclusão acerca das pretensões do pluralismo jurídico, suas possibilidades e limites na tentativa de construção de uma sociedade verdadeiramente livre e igualitária.

Entretanto, vale ressaltar que existem outras teorias críticas do direito<sup>125</sup>, mas que fogem aos limites deste trabalho, de modo que não poderão ser enfrentadas aqui.

---

<sup>124</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: Fundamentos de uma nova cultura do Direito*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 3ª edição revista e atualizada, 2001, p. 170.

<sup>125</sup> Como exemplo de formulação crítica do direito que faz uma síntese entre várias teorias críticas, ver LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma filosofia jurídica da libertação: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2. ed., 2011. Para uma introdução às



## 4.1 O PLURALISMO JURÍDICO NO BRASIL

Inúmeros autores já trataram do pluralismo jurídico, sendo possível verificar a existência de diferentes tipos de pluralismo, inclusive de matizes ideológicas diversas<sup>126</sup>. Por isso, nos restringiremos às obras de teóricos cujas contribuições consideramos mais importantes na formação e consolidação da corrente teórica do pluralismo jurídico crítico no Brasil, indicando de forma breve os pontos mais relevantes das contribuições teóricas de cada um.

### 4.1.1 A JURIDICIDADE NÃO-OFICIAL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Sem dúvida, foi Boaventura de Sousa Santos um dos primeiros personagens que acendeu o debate no Brasil acerca da co-existência de estruturas jurídicas oficiais/estatais e informais/populares.

Em início da década de 1970, o sociólogo português se estabeleceu em uma favela do Rio de Janeiro (a qual optou por chamar pelo nome fictício de “Pasárgada”), com o intuito de identificar e analisar a manifestação de fenômenos jurídicos no seio da comunidade, em especial o modo de resolução de conflitos ali empreendido. Com isso, Santos buscava colher elementos para empreender uma crítica ao legalismo estatal, bem como propor uma mudança de paradigma discursivo no direito.

O fenômeno jurídico se estrutura sobre três elementos básicos, a saber: retórica, burocracia e violência. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos,

Cada um desses elementos constitui uma forma de comunicação e estratégia de tomada de decisão. A retórica baseia-se na produção de persuasão e adesão voluntária através da mobilização do potencial argumentativo de sequências e artefactos verbais e não verbais, socialmente aceites. A burocracia baseia-se na imposição autoritária através da mobilização do potencial demonstrativo do conhecimento profissional, das regras formais gerais, e dos procedimentos

---

teorias críticas do direito indicamos WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Saraiva, 4ª ed., 2002.

<sup>126</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 177.

hierarquicamente organizados. A violência baseia-se no uso da ameaça ou da força física.<sup>127</sup>

A aplicação do direito do Estado, ou das normas jurídicas estatais, é marcada pela preponderância da técnica jurídica desenvolvida pelos juristas (burocracia) e também pela imposição das decisões através da força (coerção/violência), sendo que a preocupação com o convencimento ou aceitação (retórica) das decisões judiciais emanadas do poder judiciário é relegada para um segundo plano.

Por outro lado, nas práticas jurídicas desenvolvidas em Pasárgada, em vez da aplicação de leis, as lideranças comunitárias chamadas para intervir nos conflitos utilizam-se de pontos de vista comumente aceitos pelos membros da comunidade, ou ainda para máximas, ditos populares e até mesmo passagens bíblicas (dimensão tópica). A resolução dos conflitos não ocorre através da aplicação da hipótese prevista na norma jurídica ao caso concreto (subsunção), mas pela construção de uma decisão a partir de práticas cotidianas aceitas pela comunidade. Além disso, existe uma preocupação com o convencimento das partes em litígio, o que demanda uma participação ativa dos envolvidos com vistas a se chegar a uma decisão razoável diante dos interesses divergentes (dimensão retórica). Como não há um aparelho especial voltado para o cumprimento das decisões, é imprescindível a adoção de um “modelo mediacional” que proporcione a participação ativa das partes no processo decisório, de modo que “a reprodução da juridicidade tem que se assentar na cooperação”<sup>128</sup>.

A essa forma de “deliberação dominada pela lógica do razoável em face do circunstancialismo concreto do problema” Boaventura dá o nome de discurso jurídico “tópico-retórico”. Essa perspectiva apresentada pelo professor português repele o modelo estatal de aplicação do direito, pautado pela racionalidade jurídico-formal que opera através da subsunção do fato concreto à hipótese insculpida na norma jurídica<sup>129</sup>.

---

<sup>127</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *O direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, nº 10, dezembro de 1982, p. 12/13. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/O\\_direito\\_e\\_a\\_comunidade\\_RCCS10.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/O_direito_e_a_comunidade_RCCS10.PDF).

<sup>128</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 23.

<sup>129</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 7.

Enquanto o discurso jurídico pasargadiano aspira a verdades relativas, cuja validade se restringe a um contexto determinado e particular, o discurso jurídico oficial é eminentemente dogmático e se pretende universalmente válido<sup>130</sup>. Dessa forma, é possível contrapor a juridicidade Estatal (autoritária e burocrática) à juridicidade comunitária (horizontal e dialógica).

A juridicidade comunitária é fruto da exclusão e da marginalidade das massas proletárias no capitalismo periférico. Desprovido de quaisquer recursos, não resta alternativa ao operariado a não ser a ocupação ilegal de áreas urbanas. No Brasil, este fenômeno social é chamado de “favelização”.

Como a posse da terra não é obtida através de título legal e também as construções feitas pelos moradores não atendem às normas de urbanização, as favelas se constituem como um “estatuto de ilegalidade”, pois nascem e se desenvolvem em total desacordo com a legislação oficial. O resultado dessa ilegalidade é a sonegação de direitos existenciais básicos, como o acesso à água, luz e saneamento, que ameaçam a reprodução da vida nas favelas. A legalidade oficial, portanto, apresenta-se como óbice à reprodução da vida.

A ausência do Estado, aliada às pressões econômicas do capital através da ameaça constante do despejo das pessoas instaladas em ocupações irregulares, induz a comunidade a se organizar e desenvolver de forma autônoma. Criando uma normatividade interna, a comunidade deixa de depender das instâncias oficiais para a resolução de conflitos entre seus moradores.

Em Pasárgada, a associação de moradores geralmente intervinha nos litígios entre vizinhos, e normalmente as questões versavam sobre direitos de habitação ou terra. Estas relações se estruturavam de forma semelhante às relações jurídicas, embora, em face ao direito oficial, elas sejam nulas ou ilegais. Contudo, não é pela falta de chancela do direito estatal que elas deixam de se apresentar como relações jurídicas; são relações vividas pelos habitantes e reconhecidas pela comunidade como vigentes<sup>131</sup>.

Assim, não é possível restringir a juridicidade à sua manifestação estatal. O que diferencia o direito do Estado é a institucionalização da função jurídica e a formação de um aparelho burocrático responsável pela aplicação das leis, o Poder Judiciário. A institucionalização da função jurídica é, pois, um reflexo da

---

<sup>130</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 8.

<sup>131</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 13-14.

concentração das competências para dirimir conflitos (monismo estatal), que nega a existência de discursos e práticas jurídicas paralelas ou não-oficiais<sup>132</sup>.

Há de se considerar também como característica do direito estatal o monopólio legítimo dos instrumentos de coerção, meios “que podem ser legitimamente accionados para impor e fazer cumprir as determinações jurídicas obrigatórias”<sup>133</sup>.

Santos ainda afirma que é justamente pelo monopólio da força e pelo emprego da coerção legítima que o direito estatal se converte em “centro de disciplinação e de controle social do estado capitalista”, que “procede à consolidação (contraditória) das relações de classe na sociedade, gerindo os conflitos de modo a mantê-los dentro de níveis tencionais toleráveis do ponto de vista da dominação política da classe que ele contraditoriamente reproduz”<sup>134</sup>.

Partindo dessas constatações, Boaventura de Sousa Santos define o direito como

(...) o conjunto de processos regularizados e de princípios normativos, considerados justiciáveis num determinado grupo, que contribuem para a criação de prevenção de litígios e para a resolução destes através de um discurso argumentativo, de amplitude variável, apoiado ou não pela força organizada<sup>135</sup>

Esta conceituação nos permite vislumbrar a questão do fenômeno jurídico para além dos limites do Estado. Mas como admitir a concorrência de direitos em um mesmo território se um dos pressupostos do moderno direito constitucional é o monismo jurídico estatal?<sup>136</sup>

Num primeiro momento, esta tarefa foi assumida pela Antropologia Jurídica em razão do colonialismo, de modo que os estudiosos desta área passaram a se ocupar da coexistência do direito oficial, implantado arbitrariamente pelas nações colonizadoras, com os direitos tradicionais das etnias e povos dominados. Santos afirma que podem ser identificadas outras formas de pluralismo jurídico que estão excluídas do contexto colonial. Uma delas é a adoção de modelos jurídicos europeus em países de tradição não ocidental, como meio de “modernização” do Estado e também para a consolidação do seu poder. Há, portanto, uma imposição

<sup>132</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 60.

<sup>133</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 49.

<sup>134</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 54-55.

<sup>135</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 72.

<sup>136</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 72-73.

de um “direito importado”, sem muita afinidade com as questões locais e as práticas sociais costumeiras. Outra manifestação de pluralismo é a ruptura social através da revolução, quando a legalidade revolucionária se sobrepõe ao direito oficial e pretende substituí-lo. Por fim, entende-se como pluralismo jurídico a permissão dada pelo Estado às populações nativas ou indígenas remanescentes para que pratiquem, no âmbito do seu território/reserva, o direito tradicional que lhes é próprio<sup>137</sup>.

Em síntese, o pluralismo jurídico se manifesta, de acordo com a literatura tradicional, em quatro situações: (a) como reflexo do colonialismo - convivência entre direito tradicional de direito oficial; (b) como fruto da tentativa de modernização do aparato estatal e consolidação do seu poder em países subdesenvolvidos; (c) como fruto de um processo revolucionário; (d) como práticas próprias de uma população autóctone remanescente em um território determinado, mediante autorização do Estado.

Mas estes exemplos restringem-se a contextos de “sociedades heterogêneas”, caracterizadas por “conflitos sociais que acumulam e condensam clivagens (ou fragmentos) sócio-econômicas, políticas e culturais particularmente complexas e evidentes”. Além disso, as manifestações do pluralismo jurídico nessas sociedades são de longa duração, estando consolidadas<sup>138</sup>.

O conceito de pluralismo jurídico deve ser ampliado para abarcar também as sociedades capitalistas “homogêneas”<sup>139</sup>. No contexto do capitalismo periférico as condições sociais, econômicas ou culturais geram um “espaço político-jurídico alternativo ao do direito oficial”, de modo que a exclusão de seguimentos da sociedade faz nascer uma juridicidade paralela à do Estado. Boaventura identifica estes elementos na comunidade em que se estabeleceu para realizar suas pesquisas, de modo que o estudioso português não tem dúvidas de que o “direito de Pasárgada” é uma verdadeira manifestação de pluralismo jurídico, ainda que não reconhecida como tal pelo direito oficial<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 74-75.

<sup>138</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 76.

<sup>139</sup> Oportuno destacar que essa homogeneidade é apenas aparente e precária, pois a sociedade capitalista é permeada pela luta de classes.

<sup>140</sup> SANTOS, B. S. *O discurso e o poder...* p. 76-77.

#### 4.1.2 A PLURALIDADE DE ORDENAMENTOS COMO FRUTO DA LUTA DE CLASSES

Roberto Lyra Filho sustenta que o direito não pode jamais ser reduzido à sua manifestação estatal. O direito existe até mesmo nas comunidades tidas como “primitivas”. Contudo, o direito das comunidades “primitivas” não seria plural, pois a multiplicidade de ordenamentos é um fenômeno exclusivo das sociedades divididas em classes sociais<sup>141</sup>.

Além disso, há de se considerar as manifestações jurídicas no plano internacional, mais especificamente os direitos humanos. Lyra Filho, entretanto, afirma que o conteúdo dos direitos humanos é forjado nas lutas sociais ocorridas na história, não constituindo uma manifestação da “essência humana” perene e universal, como pretendiam os jusnaturalistas<sup>142</sup>.

Uma concepção dialética de direito, portanto, deve ser ampla – em uma perspectiva global e local, da totalidade concreta – e enfatizar os processos históricos de lutas sociais que promovem transformações constantes da realidade: “é uma perspectiva que enfatiza o devir (a transformação constante) e a totalidade (ligação de todos os seguimentos da realidade, em função do conjunto)”<sup>143</sup>.

No plano internacional, temos o embate entre concepções jurídicas progressistas e conservadoras que se chocam. As relações entre as nações, em geral, são pautadas pela dominação política e econômica dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. As lutas pela libertação nacional inspiram outras nações dominadas. A partir do contato com estas experiências externas de resistência e libertação (supranacional), pode ter início um processo de conscientização e politização interna (nacional), fundado no que Lyra Filho chama de “direito de libertação”. O autor cita como exemplo os posicionamentos anticolonialistas do século XX<sup>144</sup>.

Já no plano interno, a dominação se estrutura de acordo com as configurações da organização das forças produtivas e também das relações de produção. As classes sociais se estabelecem de acordo com o papel que desempenham no processo de produção, ou seja, se detém a propriedade privada

---

<sup>141</sup> LYRA FILHO, Roberto. *O direito que se ensina errado*. Brasília: Nair, 1980, p.7.

<sup>142</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 7.

<sup>143</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 14.

<sup>144</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 15.

dos meios de produção ou apenas dispõem da própria força de trabalho. A existência de interesses opostos entre as classes, agrupadas como dominantes/exploradoras e dominadas/exploradas, polariza as relações entre elas e gera o conflito. Disso, Roberto Lyra Filho conclui que o direito nasce já na base produtiva, com a luta de classes, e não do Estado:

(...) a visão correta duma estrutura social não pode prescindir do reconhecimento de que o modo de produção gera relações básicas e a divisão em classes determina um pluralismo cultural-contracultural. Neste contexto é que se propõe um pluralismo jurídico também. E aí radica, por igual, o impulso de toda a dialética social e histórica do direito.<sup>145</sup>

Em suma, teríamos na sociedade capitalista pelo menos<sup>146</sup> dois direitos: o direito da classe dominante, que coincide com o direito positivado, e o direito dos oprimidos, que aspira à hegemonia. Assim, a questão do pluralismo jurídico apresenta-se para Lyra Filho como uma “dialética social do direito”, pois as formas antagônicas e concorrentes de juridicidade são resultantes da própria luta de classes<sup>147</sup>.

Já o direito é conceituado como a noção de justiça social construída a partir de experiências concretas, que se concretiza através de normas dotadas de uma coercibilidade acentuada. Em outras palavras, o direito seria o “estabelecimento do justo”. Porém, o autor ressalva que o direito pode ou não ser “bem captado” pela norma, pois esta não é o direito; o direito pode estar dito na norma, mas com ela não se confunde<sup>148</sup>.

O direito do Estado exprime a juridicidade da classe dominante, reproduzindo a exploração, a opressão e a exclusão das classes e grupos dominados. Mas a imposição do direito das classes dominantes não é aceito passivamente, pois os oprimidos contestam a ordem posta, negando a juridicidade expressa pelo Estado e propondo a sua substituição por outra, que atenda aos anseios das massas dominadas. O próprio direito posto também apresenta contradições que podem ser exploradas e postas contra o próprio sistema normativo

---

<sup>145</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 16.

<sup>146</sup> Lyra Filho ressalta que, por vezes, o termo classe pode ser insuficiente para abarcar algumas minorias, tais como as/os homossexuais, minorias étnicas e comunidades tradicionais, que exigem o direito à diferença (LYRA FILHO, Roberto. *O direito que se ensina errado*, p. 18).

<sup>147</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 17.

<sup>148</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 17-18.

oficial, para o fim de melhorar a realidade dos menos favorecidos em uma perspectiva de curto prazo<sup>149</sup>.

É na ascendência do direito dos oprimidos - entendidos como classes, grupos, povos e nações dominadas - que Lyra Filho enxerga a potencialidade para o progresso humano, que resultará em uma sociedade justa e realmente igualitária, onde não haverá mais classes e o direito será justo e único<sup>150</sup>.

#### 4.1.3 PLURALISMO JURÍDICO E LIBERTAÇÃO

De acordo com o jusfilósofo paranaense Luiz Fernando Coelho, o direito oficial se erige como o direito da classe burguesa dominante, que, através da difusão da ideologia do monismo jurídico estatal, inseriu no imaginário coletivo que toda a normatividade é fruto do interesse geral de uma nação, que se materializa no Estado. O enfoque do pluralismo jurídico - como crítica à ideologia do Estado como centro de toda a normatividade e regulação da vida - destaca a existência de outros eixos de juridicidade paralelos ao direito positivo, que integram este último ou o contrariam. O direito estatal é, portanto, apenas um dentre vários “centros de produção normativa”<sup>151</sup>.

Ocorre que o direito da classe social dominante pretende anular toda e qualquer produção jurídica concorrente por meio do aparelho estatal. Porém, a realidade social é muito mais complexa do que nos propõe o direito oficial da burguesia, de modo que o Estado não consegue absorver ou anular a produção jurídica autônoma dos grupos oprimidos ou movimentos sociais, que se colocam em uma posição de contestação e resistência frente ao direito posto<sup>152</sup>.

Mas a pretensão dos movimentos sociais não se esgota na luta pelo reconhecimento de uma juridicidade própria e autônoma. O que buscam é a consolidação de um projeto político, cujo primeiro passo no caminho da plena

---

<sup>149</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 27.

<sup>150</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 28-29.

<sup>151</sup> COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. Belo Horizonte: Del Rey. 3ª ed. rev., atual. e ampl., 2003, p. 441-442.

<sup>152</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 442.



libertação é a inserção das organizações sociais oprimidas nos espaços de normatividade, dentre elas o próprio Estado<sup>153</sup>.

Coelho identifica o fenômeno jurídico como “norma social manifesta na dinâmica histórica”. A norma, por sua vez, consiste “na imposição de regras de conduta sujeitas às sanções repressivas ou meramente disciplinares”. Entretanto, algumas normas possuem vigência e eficácia restritas a um contexto social particular, diferentemente do que ocorre com as normas estatais, que atingem toda a coletividade, em um nível macrosocial<sup>154</sup>.

Contudo, não se pode cogitar uma revolução dentro da lei. A transformação profunda da sociedade ocorre com “a abolição das estruturas sociais fundadas nas relações de produção capitalistas”, sendo a luta no espaço jurídico apenas uma das frentes de luta pela emancipação dos oprimidos. Com isso, procura o autor dizer que não se pode olvidar da importância das ações políticas, de modo que as lutas sociais desempenham o papel mais relevante no processo de superação do capitalismo.

As conquistas advindas das lutas sociais ampliam a participação dos movimentos sociais na juridicidade oficial, democratizando o Estado, sem, contudo, modificar as relações capitalistas que o sustentam. Em um segundo momento, com a ampliação da democracia no aparelho do Estado, os direitos da classe trabalhadora se tornariam hegemônicos. A partir daí seria possível pensar em um avanço no sentido da extinção da exploração capitalista e do próprio Estado através da progressiva socialização dos meios de produção<sup>155</sup>.

Nas sociedades divididas em classes, aquela que detém a hegemonia política veicula seu direito particular através do Estado, como se este fosse a manifestação de uma juridicidade coletiva. Apesar disso, afirma o autor, o Estado é incapaz de impedir o surgimento de manifestações jurídicas não-hegemônicas (ou contra-hegemônicas) sustentadas pelos movimentos sociais organizados, inclusive com a luta pela inserção/intervenção desses direitos no espaço da legalidade estatal<sup>156</sup>.

---

<sup>153</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 443.

<sup>154</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 444.

<sup>155</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 446.

<sup>156</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 447.

Nessa conjugação entre pluralismo e libertação compreendem-se os fenômenos sociojurídicos anômicos, (...) de constituição de um estatuto jurídico próprio não-estatal, mas, além disso, como inserção desse aspecto propriamente jurídico-político nos movimentos sociais mais dinâmicos que ultrapassem o simples corporativismo ou reformismo e se transformem em práticas mais alargadas de pressão dentro do Estado<sup>157</sup>

Nas palavras de Luiz Fernando Coelho, as lutas dos movimentos sociais “são indicadores sociais de anomia jurídico-política em face do Estado e de seu direito”, como o questionamento de institutos do direito que justificam e legitimam a apropriação privada e as relações capitalistas de exploração<sup>158</sup>.

Disso tudo, o jusfilósofo paranaense conclui que, pesar das especificidades de cada grupo social organizado, cada um possuindo sua pauta própria e imediata - tais como os movimentos camponeses que exigem a reforma agrária, o sindicato que busca a melhoria das condições de trabalho da categoria junto à qual tem representatividade, a luta por moradia de alguns movimentos sociais urbanos, os movimentos LGBT, os povos e comunidades tradicionais, entre vários outros -, as diferentes lutas sociais não deixam de expressar, em um plano macrossocial (ou de totalidade), a luta de classes<sup>159</sup>.

#### 4.1.4 PLURALISMO JURÍDICO COMUNITÁRIO-PARTICIPATIVO

Antônio Carlos Wolkmer há algumas décadas vem se debruçando sobre o tema do pluralismo jurídico e afirmando a necessidade de construção de um novo paradigma de direito nas sociedades periféricas e dependentes. Este paradigma proposto, que reconhece a existência de vários sistemas jurídicos e a diversidade de fontes normativas informais que se propagam por todo o tecido social, nasce das contradições materiais e dos conflitos que delas emergem, assim como na incapacidade do modelo jurídico estatal vigente em atender as crescentes demandas sociais por melhores condições de vida<sup>160</sup>.

Nesse contexto histórico, Wolkmer estabelece as bases do pluralismo participativo, sendo eles: a) o surgimento de “novos sujeitos coletivos” de

<sup>157</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 446.

<sup>158</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 447.

<sup>159</sup> COELHO, L. F. *Teoria crítica do direito*, p. 448.

<sup>160</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 169-171.

juridicidade; b) a emergência de novas necessidades humanas fundamentais, resultantes do processo histórico; c) a descentralização normativa (“do centro para periferia” e “do Estado para a Sociedade”); d) a substituição da imposição da lei estatal (vertical) por acordos, arranjos ou negociações entre os membros de uma mesma comunidade (dialógicos-horizontais); e) o desenvolvimento de um sistema de valores pautados por uma “ética da alteridade”; f) a construção de uma “racionalidade emancipatória” que supere o racionalismo instrumental e o formalismo positivista<sup>161</sup>.

A congregação dos dois primeiros elementos “a” e “b” compõe o que Wolkmer chama de “fundamentos de efetividade material” do paradigma proposto. Já os elementos “c”, “d”, “e” e “f” integram os “fundamentos de efetividade formal” do novo pluralismo. O desenvolvimento desses “fundamentos” envolvem estratégias, que assim são definidas pelo autor:

(...) a estratégia de “efetividade material” compreende, de um lado, os sujeitos coletivos de juridicidade internalizados prioritariamente nos novos movimentos sociais; de outro, a estrutura da satisfação das necessidades humanas que passa a ser a justificativa, a razão de ser, o que legitima o agir dos novos atores sociais. Por sua vez a estratégia de “efetividade formal” integraliza os procedimentos na “prática” (do agir, da ação) e na “teoria” (do conhecimento, do pensamento). O procedimento da “prática” desdobra-se em “ação coletiva” (implica reordenar a sociedade para uma política de democracia descentralizadora e participativa) e em “ação individual” (desenvolvimento pedagógico de um sistema de concreto de valores éticos da solidariedade, configurado no que se poderia designar como “ética da alteridade”). Já o processo “teórico” está direcionado a constituir processos de racionalidade comprometidos com a autonomia e a emancipação da essência humana.<sup>162</sup>

Os novos sujeitos coletivos de juridicidade, diferentemente da abstração do “sujeito individual” (que identificamos como sendo o sujeito de direito), são dotados de histórias próprias, pois inseridos em contextos políticos, econômicos e sociais específicos; cada um deles é forjado a partir de uma realidade estabelecida. O sujeito individual (ou de direitos) individualista, abstrato e universal identifica-se, na periferia do capitalismo, apenas com as elites locais, mas não dá conta de abarcar a realidade dos explorados. Estes identificam-se com aqueles que possuem o mesmo modo de vida e as mesmas necessidades, compartilhando das mesmas lutas por direitos. A organização de pessoas em torno das necessidades e lutas

<sup>161</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 232-234.

<sup>162</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 232-234.

compartilhadas/próprias faz surgir os movimentos sociais; e eles mesmos se identificam como sujeitos que lutam pela conquista de direitos constantemente sonegados. Com o mútuo reconhecimento dos movimentos sociais ocorre uma relação de alteridade entre eles, pois ambos se reconhecem como iguais. A aproximação dos movimentos sociais propicia o diálogo e a ação conjunta desses mesmos entes coletivos<sup>163</sup>.

Cada sujeito coletivo de juridicidade nasce e se estrutura a partir de um “sistema de necessidades” próprio. Wolkmer ressalva que o vocábulo “necessidade” que deve ser entendido em um sentido amplo ou genérico, englobando não apenas necessidades materiais, mas também aquelas de índoles existenciais e culturais. Portanto, refere-se tanto à privação de coisas corpóreas, como bens de consumo essenciais à sobrevivência, bem como à falta de qualquer elemento imaterial que tenha a ver com “desejo, ações, normas, posturas, modos e formas de vida, valores, etc”<sup>164</sup>.

O conjunto de necessidades constitui o “centro de gravidade” dos novos sujeitos coletivos. Podemos afirmar isso com base em duas constatações: (i) ao mesmo tempo em que o conjunto de necessidades de um grupo social específico origina o sujeito coletivo, (ii) são as mesmas carências que legitimam as reivindicações pela efetivação de direitos já adquiridos e também pelo reconhecimento de outros direitos que vão surgindo com o passar do tempo<sup>165</sup>.

A “potencialidade emancipadora” dos movimentos sociais, por sua vez, reside justamente na exigência de atendimento das necessidades em face do Estado, que constantemente nega direitos básicos das camadas menos favorecidas da sociedade. Assim, os sujeitos coletivos apresentam-se como espaços de participação e representação política de grupos sociais historicamente excluídos/oprimidos, através dos quais estas coletividades afirmam suas “vontades coletivas” perante o Estado<sup>166</sup>.

Entretanto, o “novo pluralismo” não se restringe à luta dos movimentos sociais pela efetivação de direitos e também pelo reconhecimento de novas necessidades. Também é imperioso pensar a criação de um espaço político descentralizado, comunitário e participativo, que diminua paulatinamente a função

---

<sup>163</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 235-241.

<sup>164</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 243-244.

<sup>165</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 247-248.

<sup>166</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 248.

do Estado. Wolkmer prontamente alerta que este é um projeto de longo prazo, tendo em vista as características das estruturas sociais periféricas, “contaminadas até as raízes por uma tradição político-cultural centralizadora, dependente e autoritária”<sup>167</sup>.

Não se pode perder de vista que o processo de organização territorial do Brasil (e das nações latino-americanas) foi pautado pelos interesses econômicos dos países centrais, tanto durante a colonização quanto após a conquista da independência. Por sua vez, as elites locais que detinham o poder, ao mesmo tempo em que eram subservientes aos interesses do capital internacional - até mesmo como forma de manutenção da hegemonia -, também impunham os próprios interesses (políticos, econômicos e culturais) às camadas exploradas da sociedade, fosse através da pura violência física ou da manipulação das massas por meio de atuações paternalistas - implementadas não apenas pelo Estado incipiente, como também pelas elites agrárias - em momentos e contextos pontuais:

Neste aspecto, torna-se fácil compreender a total inexistência de uma tradição democrática de descentralização e participação das comunidades locais. (...) Sem sombra de dúvida que o perfil extremamente débil das elites nacionais, subordinadas aos intentos de acumulação das metrópoles, favorece a montagem de um Estado interventor e patrimonialista, capaz de controlar e imprimir uma grande centralização sobre a Sociedade<sup>168</sup>

A ruptura com o modelo de centralização das decisões e da consequente imposição vertical da vontade política e jurídica do Estado clama pelo resgate da noção de comunidade. Devido à imprecisão do termo “comunidade”, Wolkmer opta por conceituá-la como “aglomerado social com características singulares, interesses comuns e identidade própria, que, embora inseridos num espectro de relações pulverizadas por consensos/dissensos, interligam-se por um lastro geográfico espacial, coexistência ideológica e carências materiais”<sup>169</sup>.

Atualmente mostra-se insustentável o ideal liberal de comunidade como aquela formada por indivíduos atomizados, formalmente iguais que optam livremente pela instituição de um poder soberano, porém limitado (o Estado Democrático de Direito), responsável por garantir a vida em sociedade e impedir a barbárie<sup>170</sup>. Ou seja, o paradigma liberal do contrato social não é mais capaz (se é que alguma vez

<sup>167</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 249.

<sup>168</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 249.

<sup>169</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 250.

<sup>170</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 251.

o foi) de legitimar o poder do Estado, dada a pluralidade de grupos sociais com necessidades e identidades diversificadas e contraditórias.

Por isso mesmo, seria necessário pensar uma “alternativa comunitária”, com a descentralização da política e da produção normativa, que passariam a ser desempenhadas no âmbito das comunidades pelas “novas forças sociais”, os movimentos sociais. A partir das teorizações de Wolkmer, podemos dizer que a legitimidade dos novos sujeitos coletivos insurgentes, como espaços de participação democrática dos excluídos e também como “instâncias produtoras de práticas jurídicas autônomas”, assenta-se em dois pilares: (i) no conhecimento preciso que detêm acerca das “necessidades fundamentais não satisfeitas” dos grupos que representam - pois, como já vimos, os movimentos sociais nascem e se colocam em luta devido a essas mesmas necessidades – e (ii) na crise de legitimidade das instituições formais de representação e na falência do modelo de democracia representativa<sup>171</sup>.

A crise do modelo estatal deve-se, também, à ausência de consenso sobre valores sociais tidos por fundamentais, tais como “interesse público”, “bem comum”, “vida boa”, “justiça”, entre outros. Isso ocorre porque muitos desses valores (ou princípios) são frutos de um “abstracionismo metafísico” homogeneizador, que não coincide com as experiências vividas na periferia do capitalismo ou com valores culturais próprios de um determinado povo, tal como ocorre na América-Latina<sup>172</sup>.

Partindo das especificidades culturais e históricas “do povo sofrido e injustiçado da periferia latino-americana e brasileira”, Wolkmer afirma a necessidade de se avançar na formulação de uma “ética concreta da alteridade”, que “traduz(a) concepções valorativas que emergem das próprias lutas, conflitos, interesses e necessidades de sujeitos individuais e coletivos insurgentes em permanente afirmação”, em vez de se prender a juízos universais construídos *a priori*<sup>173</sup>.

A ética da alteridade se origina desde as “necessidades dos seguimentos humanos marginalizados e se propõe gerar uma prática pedagógica libertadora, capaz de emancipar os sujeitos históricos oprimidos, injustiçados, expropriados e excluídos”<sup>174</sup>.

---

<sup>171</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 251-253.

<sup>172</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 262.

<sup>173</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 268.

<sup>174</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 269.

Apesar da inspiração prática e local da “ética concreta da alteridade”, ela também contempla alguns “valores racionais universalizantes”, a exemplo da liberdade, da justiça e da vida. Mas estes valores universais, ao serem considerados em um contexto cultural e histórico particulares, resultam na emergência de valores específicos, como emancipação, solidariedade, satisfação das necessidades humanas fundamentais e autonomia individual e coletiva, exigências éticas emergentes que passam a pautar as lutas dos novos movimentos sociais<sup>175</sup>.

Por fim, no que tange à construção de uma racionalidade emancipatória, impõe-se o abandono de qualquer forma de “racionalização metafísica e tecnoformalista”. A nova racionalidade emancipadora deve se estruturar a partir de experiências concretas e necessidades vividas, buscando a criação de instrumentais teóricos que viabilizem a crítica da ordem vigente e a conscientização através de processos racionais emancipatórios:

“Não se trata de uma ‘razão operacional’ pré-determinada e sobreposta à vida, direcionada para modificar o espaço comunitário, mas da razão que parte da totalidade de vida e de suas necessidades históricas. Trata-se de redefinir a racionalidade como expressão da identidade cultural enquanto exigência e afirmação da liberdade e, emancipação e autodeterminação. Todo o esforço para a autenticidade de uma cultura periférica emancipadora incide na elaboração da “racionalidade emancipatória” própria – distinta e diferentemente dos processos alcançados pelo racionalismo colonizador da racionalidade ocidental -, fundada numa razão liberta, cuja realidade não provenha da razão, mas cuja razão derive da realidade.<sup>176</sup>

Estes são os elementos que compõem os fundamentos material e formal do pluralismo jurídico comunitário-participativo teorizado por Antonio Carlos Wolkmer.

Feitas essas breves e singelas considerações sobre os aspectos de maior relevo dentro de cada uma das concepções de pluralismo jurídico, que optamos por abordar, nos propomos a tecer, de agora em diante, algumas críticas a elas a partir dos aportes teóricos do marxismo para o fim de apontar suas limitações, mas também os seus méritos.

---

<sup>175</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 269 e 272.

<sup>176</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 282.

## 4.2 PARA UMA CRÍTICA MARXISTA: POSSIBILIDADES E LIMITES DO PLURALISMO JURÍDICO

Após a análise de algumas das principais teorizações sobre o pluralismo jurídico no Brasil, podemos concluir que o principal traço comum entre todas elas é a recusa do fenômeno conhecido por “monismo estatal”, ou seja, a negação de que o Estado detém o monopólio da produção do direito, que se dá através da edição de leis.

A homogeneidade de tratamento que o Estado destina aos seus cidadãos – é fundamental enxergar a forma “cidadão” como representação do sujeito de direito na esfera pública - é fundamental no processo de reprodução das relações capitalistas. O Estado promove a universalização das relações de troca ao distanciar-se das pessoas consideradas individualmente e trata-las como sujeitos iguais, imprimindo “juridicidade às subjetividades”<sup>177</sup>.

Mas esta forma igual que reveste todos os indivíduos indistintamente não dá conta da realidade complexa.

A suposta liberdade de que toda pessoa dispõe não se verifica no cotidiano.

A pretensa liberdade da trabalhadora e do trabalhador manifesta-se como verdadeira necessidade de sobrevivência que os impelem a se venderem no mercado como uma mercadoria viva. E como pode se falar em igualdade se apenas alguns detém o privilégio de serem proprietários, enquanto outros - a absoluta maioria - trabalharão a vida toda apenas para existirem simplesmente?

A partir dessas contradições básicas do capitalismo é que a massa explorada toma consciência da sua condição e se insurge para exigir a efetivação daquilo que lhe foi prometido e sempre lhe foi negado: igualdade e liberdade.

Ocorre que os trabalhadores jamais serão verdadeiramente livres e iguais em uma sociedade baseada na exploração do trabalho assalariado, na qual as pessoas vendem-se e circulam como mercadorias.

O processo do valor de troca, criando a liberdade e a igualdade produz assim, num mesmo movimento, a ilusão necessária de que a liberdade e a igualdade são realmente efectivas. E melhor ainda: esta “ilusão” nada mais é do que reflexo das contradições reais do sistema do valor de troca: ele

---

<sup>177</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 23.



não pode realmente produzir uma verdadeira liberdade nem uma verdadeira igualdade.

(...)

Em última instância, toda a ideologia burguesa consiste em ocultar a contradição imanente desta liberdade e desta igualdade, que se transmudam no seu contrário: a escravidão e a exploração.<sup>178</sup>

O processo de tomada de consciência acerca da condição de sujeitos espoliados leva os trabalhadores e as trabalhadoras a se organizarem, a exigirem a efetivação de direitos básicos negados pelo Estado. Mas essa negativa não resulta de uma apatia do aparelho estatal para com as camadas populares; ela é própria do sistema capitalista.

Aí reside a importância de refletir sobre o surgimento e a atuação dos novos movimentos sociais - questões que se encerram basicamente na questão das necessidades fundamentais não atendidas dos grupos excluídos - e também o modo como estes sujeitos coletivos relacionam-se um para com o outro, no sentido de se reconhecerem enquanto manifestação do mesmo fenômeno de exploração/exclusão/opressão (ética concreta da alteridade), tal como Wolkmer se propôs.

Do mesmo modo, não se pode perder de vista a luta de classes que permeia a sociedade como um todo, tanto no âmbito nacional quanto internacional; nem os avanços sociais obtidos em outras nações, que servem de inspiração para a mobilização e a agitação internas na tentativa de concretizá-los em nosso continente, como aconselha Roberto Lyra Filho.

Por outro lado, Luiz Fernando Coelho alerta que não é permitido aos movimentos sociais olvidarem da necessidade constante da luta política em razão de algum espaço eventualmente obtido junto ao Estado: a abertura de canais de comunicação ou de representação dos movimentos sociais no aparelho estatal não pode resultar em um “resfriamento” da agitação política.

E ainda, não esquecer a lição de Boaventura de Sousa Santos de que é preciso pensar em formas autônomas de organização social comunitária para que sejam promovidas - nos locais onde o Estado “não chega” - práticas verdadeiramente democráticas, fundadas no diálogo e na horizontalidade.

Portanto, as críticas encetadas pelas correntes do pluralismo jurídico ao direito e ao Estado nos indicam, num horizonte de curto prazo, possibilidades para

---

<sup>178</sup> EDELMAN, B. *O direito captado pela fotografia...*, p. 133-134.

uma organização e agitação política da classe trabalhadora e de grupos excluídos com vistas a promover reivindicações de direitos e a melhoria das condições de vida dos pobres e oprimidos que vivem na periferia do capitalismo.

Contudo, as conclusões do pluralismo jurídico crítico brasileiro sobre o fenômeno jurídico convergem apenas em parte com as interpretações que propomos nos capítulos anteriores.

Como vimos no primeiro capítulo, o direito nasce das relações sociais, não se restringindo à norma jurídica estatal. A lei é apenas uma manifestação tardia de uma determinada relação social que a precede, mas que os juristas tomam como a manifestação pronta e acabada do fenômeno jurídico. Em suma, a relação social que se reveste da forma jurídica é a essência, enquanto a norma é um mero reflexo ou aparência do direito.

Assim, não se pode considerar que o direito vem permeando as relações humanas em toda a história como pretendem os teóricos do pluralismo por nós analisados, sob o risco de perdermos de vista a sua especificidade.

Direito é relação social específica, que está umbilicalmente ligado ao capitalismo. Para confirmar essa afirmativa basta verificar que o fenômeno da universalização da subjetividade jurídica – ou da figura “sujeito de direito” - não teve precedente antes da consolidação do modo de produção capitalista.

Nos períodos pré-capitalistas, a exploração do trabalho e a apropriação de bens alheios se davam, em geral, através da imposição da força, pois não havia igualdade de *status* entre exploradores e explorados/apropriador e expropriado.

De forma totalmente diversa ocorre no capitalismo.

Neste modo de produção inexistente qualquer tipo de “coerção extra-econômica”, tendo em vista que não é possível obrigar alguém a prestar trabalho ou entregar seus bens independentemente de sua vontade. As pessoas passaram a se relacionar como pessoas iguais (no plano formal), de modo que um indivíduo somente aliena a sua propriedade por um ato livre de vontade, sendo proibida qualquer forma de coação de uma parte sobre a outra. E o Estado aparece como a terceira parte que garante a igualdade nas relações de troca.

Portanto, o direito é uma relação social específica do capitalismo, mais precisamente a relação social que acompanha a relação de troca de mercadorias. O Estado também é uma forma política dotada de especificidade, que aparece apenas com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. E tanto o direito como o

Estado desempenham papéis essenciais no processo de reprodução das relações capitalistas: enquanto o direito promove a equivalência subjetiva entre os sujeitos e lhes atribui liberdade para contratar, o Estado - na qualidade de um terceiro imparcial - garante a igualdade entre os sujeitos de direito que contratam entre si e também o cumprimento das obrigações.

Obviamente que hoje o Estado desempenha inúmeras outras funções, podendo até mesmo se colocar contra os interesses do capital. Mas a sua especificidade está na posição de terceiro que o aparato estatal assume em relação a todos os sujeitos, sendo eles capitalistas ou trabalhadores. O Estado não tem classe, ele “garante, além dos vínculos de troca e alguns de seus termos, a própria apropriação do valor pelo sujeito, ou seja, a propriedade privada”<sup>179</sup>.

Se pensarmos somente no trabalho assalariado, o Estado, ao assumir uma posição equidistante dos sujeitos abstratamente iguais, autoriza e garante a exploração entre indivíduos concretos materialmente iguais. O capitalista troca a sua mercadoria (o dinheiro) pela única que o trabalhador dispõe para sobreviver (a força de trabalho).

Assim, o processo de valorização do valor (e de reprodução do capitalismo) e a apropriação privada de toda riqueza produzida pelo trabalho são garantidos, a um só tempo, tanto pelo direito quanto pelo Estado.

Com isso, uma teoria que se propõe crítica não pode perder de vista a especificidade do direito e do Estado, bem como as respectivas funções que desempenham no processo de reprodução das relações capitalistas. E, como veremos a partir de agora, todas as teorizações analisadas anteriormente falham neste sentido.

1. Boaventura de Sousa Santos enfatiza em excesso o momento de aplicação do direito, sem se ater à sociabilidade jurídica. Por exemplo, ele afirma que a posse e a propriedade – uma das principais causas de litígios entre os moradores de Pasárgada - não são reconhecidas pelo direito oficial, mas são vigentes dentro da comunidade. Não há como negar o caráter jurídico dessas relações, mas isso não quer dizer que exista um direito próprio naquela comunidade. O que caracteriza a relação como manifestação do fenômeno jurídico é a presença

---

<sup>179</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*, p. 26.

de sujeitos iguais que trocam mercadorias, pouco importando se o Estado a reconhece ou não como uma relação jurídica válida.

Resta claro que o momento de aplicação da norma, seja ela estatal ou proveniente de práticas cotidianas em uma favela, não é determinante para o direito. De acordo com o que já tratamos a norma jurídica apenas expressa, de maneira geral e abstrata, uma relação concreta entre proprietários de mercadorias, sendo esta última, a essência do direito. A norma apenas garante de uma maneira mais efetiva as relações que ela regula<sup>180</sup>.

Justamente por focar no momento do litígio e na aplicação da norma<sup>181</sup> – seja ela uma norma jurídica imposta autoritariamente pelo Estado ou uma “norma vivida” e aceita por uma comunidade qualquer – é que Boaventura de Sousa Santos acaba por assumir uma posição normativista, tomando a aparência do direito pela sua essência.

Por outro lado, a interpretação de Santos sobre o direito também o torna um fenômeno desprovido de historicidade e especificidade, pois toda e qualquer prática social de resolução de conflito, inclusive as que ocorriam ou ocorrem no interior de comunidades autóctones ou tribais, como os indígenas, seriam manifestações de uma juridicidade inerente ao gênero humano.

2. Roberto Lyra Filho também afirma que o direito existe em todas as sociedades, mas a pluralidade de ordenamentos em um mesmo espaço social somente ocorre em sociedades divididas em classes sociais (explorados/dominados e exploradores/dominadores), por força das relações de produção. Assim, cada classe teria um direito que corresponde aos seus interesses: a classe capitalista buscando a perpetuação da exploração e os trabalhadores lutando pela libertação.

Já nas “comunidades primitivas” não haveria a coexistência de ordenamentos por inexistir a estratificação de seus membros em classes sociais. Desse modo, as normas sociais imperativas (que o autor reconhece como manifestação do direito) existentes no espaço de uma “comunidade primitiva” – que desconhece a exploração e a dominação – teriam um “aspecto maciço, unificado e coerente”<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 51.

<sup>181</sup> Remetemos o leitor à definição que Boaventura de Sousa Santos dá ao direito, transcrita na página 45, nota 116.

<sup>182</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 7.

Ou seja, Lyra Filho também ignora a especificidade do fenômeno jurídico, tanto ao afirmar a sua existência nas ditas “comunidades primitivas”, quanto por afirmar que cada classe (e até mesmo grupos sociais inseridos na mesma lógica de dominação e exclusão reproduzida pela juridicidade dominante) possui um direito que lhe é próprio<sup>183</sup>.

Lyra Filho confunde a luta de classes, própria de toda sociedade fundada na exploração de uma classe por outra, com o direito. O descontentamento da classe trabalhadora (e de outras minorias oprimidas) resulta da lógica de exploração e exclusão capitalista. Mas o processo de tomada de consciência e a organização política das classes exploradas não fazem nascer um novo direito “anti-capitalista”, capaz de se sobrepor ao direito burguês e concretizar o “direito justo e homogeneizado, numa sociedade justa e sem oposição entre dominantes e dominados”<sup>184</sup>.

A concepção de direito como instrumento apto a concretizar a “justiça social” – termo vago, que interpretamos como o ideal da sociedade sem classes - é limitada pela própria especificidade do fenômeno jurídico. Se o direito aparece, em essência, como relação social (jurídica) que mediatiza as relações de troca, a exploração do trabalho assalariado e a circulação de mercadorias, ele não pode ser voltado contra o sistema de relações (o capitalista) que o origina e o legitima.

O que pode ocorrer é o exercício de pressões políticas dos trabalhadores organizados sobre o Estado, exigindo a melhoria das condições de vida.

Explica-se.

Como já foi dito anteriormente, o Estado, enquanto materialização da forma política capitalista, não se imiscui diretamente sobre as relações de produção e de troca de mercadorias, atuando apenas como um terceiro que as garante. Justamente por não ser o representante direto dos interesses de uma classe, o aparato estatal pode ser influenciado pelo momento da luta de classes.

Consideremos um momento de grande pressão política dos trabalhadores, no qual os movimentos sociais atuam intensamente para a redução da jornada de trabalho ou para o aumento dos salários. Esta pauta é acatada pelo Estado, que

---

<sup>183</sup> Aliás, esta interpretação coincide, em parte, com a visão de Petr Ivanovich Stucka sobre o direito: o conteúdo fundamental do direito é o interesse da classe. Mas Stucka ressalta que este “interesse” é o da classe dominante, de modo que o direito de uma classe somente se concretiza através do Estado (STUCKA, Petr Ivanovich. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 16).

<sup>184</sup> LYRA FILHO, R. *O direito que se ensina errado*, p. 29.

edita normas para atender as reivindicações e impõe aos empregadores que as jornadas serão limitadas ou os salários aumentados. Nesse exemplo, houve uma limitação da autonomia da vontade, pois o capitalista passou a ser obrigado a contratar os trabalhadores por apenas x horas ou a pagar-lhes o dobro do que recebiam.

Entretanto, em momento nenhum o capitalista será proibido de contratar: “o Estado, se limita a quantidade da autonomia da vontade no contrato de trabalho, não extingue a própria relação de trabalho”. Com isso, temos que o Estado pode apenas “conformar”, através de sua normatividade, a forma jurídica pré-existente; mas o “avanço” estatal sobre a forma jurídica é limitado pelo núcleo desta, o sujeito de direito livre, igual e proprietário<sup>185</sup>.

Por estas razões, não é possível concordar com Lyra Filho, pois, para a emergência de uma nova sociedade sem exploração e classes sociais, é imprescindível um processo de ruptura revolucionário que promova a retomada dos meios de produção pela classe trabalhadora e o fim da divisão social do trabalho. Quando, após um longo processo de transição socialista, finalmente forem extintas todas as formas de equivalência não haverá mais a necessidade de direito nem de Estado<sup>186</sup>.

3. Luiz Fernando Coelho também incorre nos equívocos teóricos de considerar o (i) direito como conjunto de normas de condutas de grupos sociais específicos, sujeitas a sanções coercitivas, bem como a (ii) possibilidade de uma reforma profunda da sociedade sem um processo revolucionário de tomada do poder pelos grupos sociais explorados e oprimidos.

Ele afirma a necessidade de não se esquecer das lutas sociais, afirmando que não se pode cogitar de uma revolução dentro da lei. Entretanto, do modo como discorre sobre a inserção dos movimentos sociais organizados no âmbito da normatividade estatal, parece ignorar o embate com as classes dominantes e os aparelhos de repressão do Estado. Desse modo, a proposta de “ocupação” do aparato estatal empreendida por Coelho não considera, por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais e as reações da classe capitalista contra as

---

<sup>185</sup> MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 41-42.

<sup>186</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*, p. 28.

organizações sociais, como se a luta de classes existisse apenas no plano das ideias.

Em nenhum momento Coelho remete à necessidade de uma tomada revolucionária do Estado, limitando-se a mencionar, de maneira idealista, a ampliação da democracia estatal até o momento em que os direitos da classe trabalhadora tornar-se-iam hegemônicos. A partir daí seria possível avançar para a extinção do capitalismo e do Estado, que se daria com a progressiva socialização dos meios de produção.

Mesmo que não admita uma “revolução pela lei”, Coelho acaba caindo no idealismo ao considerar que seria possível, em primeiro lugar, uma ampla participação dos excluídos (através dos movimentos sociais) na formação da “vontade do Estado”; e depois, que haveria uma “imposição democrática” – a ironia é proposital - da socialização dos meios de produção, sem qualquer resistência da burguesia.

4. Antonio Carlos Wolkmer, da mesma maneira, em momento algum ventila uma proposta de ruptura revolucionária que tenda à tomada do Estado pelos trabalhadores e grupos oprimidos na periferia do capitalismo. Pelo contrário. Sua proposta de pluralismo jurídico comunitário-participativo assenta-se em uma reforma do aparato estatal.

Para ele, a centralização do poder na figura do Estado inviabiliza o atendimento de todas as necessidades fundamentais em uma sociedade plural, fragmentada e conflituosa, o que conduz a uma crise de legitimidade e representatividade das instâncias formais de representação que estão inseridas no Estado (por exemplo, os partidos políticos). Outra consequência dessa “dupla crise” é a busca por novas formas de representação dos excluídos (os movimentos sociais) e também a tentativa de construção de um novo modelo de democracia de base, pautada na descentralização do poder normativo e decisório do Estado para as comunidades.

O que Wolkmer afirma é a necessidade de se pensar e criar canais que ampliem a participação democrática de todos os setores da sociedade (considerando tanto os indivíduos quanto as organizações coletivas) e também em formas de controle popular, de modo que o Estado fique vinculado às decisões e deliberações dos diferentes poderes locais:

Quando se pensa em novo paradigma de se fazer política, não se está abandonando, ou excluindo, inteiramente a democracia representativa burguesa e suas limitadas e insuficientes regras institucionais formais (como partidos políticos, proporcionalidade, votos, etc.), mas sim desenvolvendo formas de democracia de base (participação, gestão compartilhada e sistema de conselhos) capazes de conviver com certos institutos positivos da democracia por delegação. A convergência deve levar em conta, sobretudo, a participação, o controle e a representação vinculante dos interesses de todos os setores da sociedade (...)<sup>187</sup>

Wolkmer, diferentemente de Luiz Fernando Coelho, não defende a extinção do Estado, apenas um “rearranjo” através da divisão de competências para a produção de normas e para a tomada de decisões em âmbito local. Somente essas medidas são incapazes de acabar com a exploração, pois nenhuma delas sequer se propõe a confrontar as relações de produção capitalistas.

Feitas essas considerações críticas sobre as propostas de pluralismo jurídico por nós analisadas, podemos situar as teorizações de Boaventura de Sousa Santos e Antonio Carlos Wolkmer no âmbito de um pluralismo jurídico meramente reformista. Luiz Fernando Coelho e Roberto Lyra Filho, por sua vez, preocupam-se com o projeto de uma nova sociedade sem classes, mas declinam da via revolucionária para a sua concretização.

É necessário chamar a atenção para o fato de que estamos pensando criticamente o pluralismo jurídico em uma análise de longo prazo, a partir da crítica marxista do direito e do Estado. Ou seja, desde uma teoria crítica da sociedade capitalista que propõe a extinção das relações de produção capitalistas e todas as suas formas correlatas – entre elas a forma jurídica e a forma política estatal. Apesar disso, não podemos ignorar que a via indicada pelo pluralismo jurídico pode desempenhar uma importante função em uma perspectiva de curto e médio prazo, mais precisamente sobre a necessidade imediata de conscientização e organização das massas exploradas e excluídas.

Feitas todas estas considerações, afirmamos que a crítica do pluralismo jurídico não é suficiente para pensarmos um projeto de longo prazo, de modo que a proposta revolucionária do marxismo ainda se mantém como referencial teórico para a fundação de uma nova sociedade sem classes.

---

<sup>187</sup> WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico...* p. 257.



## 5 CONCLUSÃO

Vimos que o direito aparece como uma relação social específica do capitalismo, que media, obrigatoriamente, todo o processo de circulação de mercadorias – aí incluída a força de trabalho, única mercadoria da qual o trabalhador dispõe para vender no mercado.

Ao aplicar o método de Marx ao direito – partir do elemento mais simples e abstrato para chegar ao elemento mais complexo e concreto –, Pachukanis faz um paralelo entre sujeito e mercadoria, concluindo que a relação jurídica deriva da relação de troca de mercadorias, aí residindo a sua especificidade e historicidade.

E é devidamente pelo fato de se constituir como uma relação social que não é possível confundir o fenômeno jurídico com norma jurídica. A norma é sempre uma “expressão tardia” da relação social que lhe corresponde, de modo que ela se constitui como mera forma aparente (relação fundada) da relação jurídica (relação fundante).

Por sua vez, a superação do direito se dá com a própria superação das relações capitalistas de produção que o geram. Mas a extinção das formas mercantil, jurídica e política dependem da instauração de um novo tipo de sociabilidade, no qual não mais existam relações de equivalência (seja entre mercadorias, seja entre sujeitos).

Para tanto, é imprescindível um processo de ruptura revolucionário, com a tomada do Estado pelo proletariado e a instauração da transição socialista para o comunismo, quando finalmente forem extintas as relações de produção capitalistas – juntamente com as suas formas correlatas, como a forma política e a forma jurídica – e os meios de produção estiverem tão desenvolvidos que as riquezas “jorrarão em abundância”.

Por fim, empreendemos uma análise das principais correntes do pluralismo jurídico crítico no Brasil, expondo as nuances de cada uma delas. Posteriormente, nos propomos a criticar as teorizações de Boaventura de Sousa Santos, Roberto Lyra Filho, Luiz Fernando Coelho e Antonio Carlos Wolkmer a partir dos aportes teóricos marxistas, expostos nos dois capítulos precedentes.

A partir de uma crítica marxista ao direito, verificamos que as propostas do pluralismo jurídico se esgotam em um horizonte de curto prazo, mais

especificamente no que tange à organização e agitação de movimentos populares para o fim de promover pressões políticas sobre o Estado através da reivindicação de direitos que promovam uma melhoria de vida imediata para as camadas mais necessitadas. Concluimos também que o marxismo ainda se afirma como o principal referencial teórico para a construção de práticas que visem a uma transformação profunda da sociedade, com o fim da exploração e da desigualdade social, que decorrerão logicamente da extinção das classes sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATALIBA, Geraldo: *República e Constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. Belo Horizonte: Del Rey. 3ª ed. rev., atual. e ampl., 2003.

EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito*. Tradução de Soveral Martins e Pires de Carvalho. Coimbra: Centelha, 1976.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Introdução para a edição de 1891 de “Trabalho Assalariado e Capital”*. In: MARX, Karl: *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis, *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KASHIURA JR, Celso Naoto; NAVES, Márcio Bilharinho. *Pachukanis e “A teoria geral do direito e marxismo”*. In: Revista Jurídica Direito & Realidade – Núcleo de Pesquisa Jurídica E. B. Pachukanis. Campinas: Editora Fucamp, v. 1, n. 2, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sujeito de direito e capitalismo*. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilich: *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Traduzido por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2007.

LYRA FILHO, Roberto. *O direito que se ensina errado*. Brasília: Nair, 1980.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, tomo 1, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, tomo 2, 1996.

\_\_\_\_\_. *Crítica ao programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Trabalho Assalariado e Capital* In: MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MASCARO, Alysson Leandro: *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título LXVIII. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. *Teoria geral do direito e marxismo*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *Hegemonía y dominación en el estado moderno*. Tradução de María T. Poyrazián. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 7ª ed., 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, nº 10, dezembro de 1982. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/O\\_direito\\_e\\_a\\_comunidade\\_RCCS10.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/O_direito_e_a_comunidade_RCCS10.PDF).

\_\_\_\_\_. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1988.

SOARES, Moisés Alves. *O antinormativismo em Teoria Geral do Direito e Marxismo: o contraponto entre Pachukanis e Kelsen*. In: Captura Crítica: direito política e atualidade. Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009.

STUCKA, Petr Ivanovich. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TURCHETTO, Maria. *As características específicas da transição ao comunismo*. Tradução de Márcio Bilharinho Naves. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005, p. 7-56.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: Fundamentos de uma nova cultura do Direito*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 3ª edição revista e atualizada, 2001.